

# *PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO*



Curso de Especialização  
**Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



Curso de Especialização  
**Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social**

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

***CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA  
E DESIGUALDADE SOCIAL (LATO SENSU)***

Brasil  
2014

**Ministério da Educação**

José Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**

Macaé Maria Evaristo dos Santos

**Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania**

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

**Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar**

Simone Medeiros

**Equipe Técnica**

Ângela Martins

Carlos Vinícius Barbosa

José Rita Eccard

Mauro Lúcio de Barros

**Secretaria Técnica**

Marcília Delgado

**Concepção do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social**

Miguel González Arroyo

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

Simone Medeiros

Rosely Zen Cerny

Adir Valdemar Garcia

Jorge Minella

**Coordenação Geral do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social**

Simone Medeiros – SECADI/MEC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional –

NUTE

**Projeto de Criação e Desenvolvimento dos Recursos Didáticos do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social****Coordenação Geral do Projeto**

Roseli Zen Cerny

**Vice-Coordenação Geral do Projeto**

Adir Valdemar Garcia

**Comitê Gestor**

Roseli Zen Cerny

Adir Valdemar Garcia

Elizângela Bastos Hassan

Francisco Fernandes Soares Neto

Jorge Minella

**Supervisão Geral de Projeto**

Elizângela Bastos Hassan

**Supervisão Geral de Equipe de Criação e Desenvolvimento**

Francisco Fernandes Soares Neto

**Comitê Científico Pedagógico**

Delvana Lúcia de Oliveira

Josafá de Oliveira Rocha

Judite da Silva Mattos

Valesca Jovê César Naime

João Paulo Pooli

Roseli Zen Cerny

Miguel Arroyo

Simone Medeiros

**Autoria dos Materiais****Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação**

Miguel González Arroyo

**Módulo I - Pobreza e Cidadania**

Alessandro Pinzani

Walquíria Leão Rego

**Módulo II - Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**

Erasto Fortes

**Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**

Lucia Helena Alvarez Leite

**Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**

Miguel González Arroyo

**Atividade Reflexão sobre a Realidade**

Adir Valdemar Garcia

**Equipe Administrativo Financeira**

Elizângela Bastos Hassan

Maryna Neves

Claudia Minati

**Supervisão de Equipe de Designers Educacionais e Fluxo de Conteúdos**

Jorge Minella

**Equipe de Designers Educacionais**

Juliana Pereira

Paulo da Costa Pereira

Marcos Luã Almeida de Freitas

**Equipe de Vídeo**

André Janicas

Guilherme Pozzibon

Lídio Ramalho

**Equipe de Hipermídia**

Tháís Camata

Pamela Angst

Guilherme Martins

Eduardo Eising

**Equipe de Programação**

Wellington Fernandes

Francisco Fernandes Soares Neto

Alexandre Aimbiré

**Revisão Textual e Ortográfica**

Juliana Pereira

Cleusa Iracema Pereira



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**



**PROF. DR. JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES**

Reitor

**PROFa. DRa. NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA**

Vice-Reitora

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG**

**PROF. DR. HELDER NUNES CUNHA**

Pró-Reitor

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PREG**

**PROFa. DRa. MARIA DO SOCORRO LEAL LOPES**

Pró-Reitora

**COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO  
INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**PROFa. DRa. MARIA DA GLÓRIA CARVALHO MOURA**

Coordenadora

**COORDENAÇÃO DO CURSO NA UFPI**

**PROFa. DRa. ROSA LINA GOMES DO NASCIMENTO PEREIRA DA SILVA**

Coordenadora Administrativa

**PROFa. DRa. ELIANA DE SOUSA ALENCAR MARQUES**

Coordenadora Pedagógica

**APOIO ADMINISTRATIVO – UFPI**

**DORANIA LIMA FERREIRA**  
**MÁRCIA MILANE VERÇOSA ROCHA**  
Secretárias

**MARCIO SILVA GOVEIA DE SOUZA**  
Programador

**MARCO AURÉLIO DO AMARAL SOBREIRA JUNIOR**  
**RENATO DA MATA DIAS SOARES**  
Designer Gráfico

**VANIA NEPONUCENO DA FONSECA MENESES**  
Supervisora Administrativa

**FERNANDO CÉSAR DE AGUIAR RAMOS JÚNIOR**  
**LEONARDO SILVEIRA DA SILVA**  
Técnicos em AVEA

**GEISIANE DIAS QUEIROZ**  
Revisora Ortográfica



Curso de Especialização  
**Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social**

***CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA  
E DESIGUALDADE SOCIAL (LATO SENSU)***

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Brasil  
2014

## SUMÁRIO

<b>1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>08</b>
<b>3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>4 CONCEPÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>13</b>
<b>5 OBJETIVOS .....</b>	<b>21</b>
5.1 Objetivo Geral .....	21
5.2 Objetivos Específicos .....	21
<b>6 SUJETOS DA FORMAÇÃO E VAGAS .....</b>	<b>22</b>
6.1 Requisitos para participação .....	22
6.2 Processo Seletivo .....	23
<b>7 PERFIL DO SUJEITO EM FORMAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>8 PRINCÍPIOS ORIENTADORES .....</b>	<b>23</b>
<b>9 ESPECIFICIDADES DO CURSO .....</b>	<b>24</b>
9.1 Carga-horária .....	23
9.2 Equipe de docentes envolvidos no curso .....	26
9.3 Periodicidade do curso .....	30
<b>10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLÓGICA .....</b>	<b>31</b>
10.1 Módulos temáticos .....	31
10.2 Atividades desenvolvidas ao longo do curso .....	46
10.2.1 Atividade de reflexão sobre a realidade .....	46
10.2.2 Memorial .....	49
<b>11 OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>50</b>
11.1 Requisitos de ingresso .....	51
11.2 Avaliação da aprendizagem .....	52
11.3 Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC .....	53
11.4 Recursos didáticos.....	53
11.5 Sistema de acompanhamento.....	54
11.6 Formação de formadores(as) .....	59
11.7 Avaliação institucional do curso .....	61
<b>12 PRODUTO ESPERADO .....</b>	<b>62</b>
<b>13 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>

## **1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

**DENOMINAÇÃO DO CURSO:** *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*

**ÁREA DO CONHECIMENTO:** EDUCAÇÃO

### **EQUIPE DE ELABORAÇÃO:**

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes

Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques

**UNIDADE EXECUTORA:** Universidade Federal do Piauí

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico

**FORMA DE EXECUÇÃO:** Modalidade a Distância.

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

#### *NATUREZA DO CURSO:*

O presente documento trata-se da proposta de *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* com carga horária de 465h. O processo formativo na modalidade a distância insere-se no contexto da Política Nacional de Formação dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica e da Rede Nacional de Formação Continuada dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR), instituídas pelo Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e pela Portaria Ministerial n.º 1.328, de 23 de setembro de 2011. Também responde ao preconizado na Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. Sua materialização se efetiva por meio da dimensão que trata da formação continuada no âmbito do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social. O mesmo está sob a responsabilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo a Universidade Federal do Piauí – UFPI a responsável pela operacionalização no Estado do Piauí.



## UNIDADES ARTICULADORAS DO CURSO

O curso será desenvolvido numa estrutura descentralizada sob responsabilidade da Universidade Federal do Piauí com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC e a colaboração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

### I. ESFERA NACIONAL:

Ministério da Educação – MEC;  
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão;  
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar.

### II. ESFERA ESTADUAL

Universidade Federal do Piauí – UFPI;  
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação: Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha;  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes;  
Coordenação Administrativa do Curso: Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva;  
Coordenação Pedagógica do Curso: Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques.

Secretaria Estadual de Educação – SEDUC-PI  
Responsável: Edivane Sousa da Silva.

### III. ESFERA MUNICIPAL

União dos Dirigentes Municipais do Estado do Piauí – UNDIME/PI  
Responsável: Camélia Sheila Soares Borges de Araújo.

## 2 JUSTIFICATIVA

O presente documento contém uma proposta de realização de *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, inserida no contexto da Política Nacional de Formação dos(as) profissionais do Magistério da Educação Básica e da

Rede Nacional de Formação Continuada dos(as) Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR). Trata-se de curso de pós-graduação lato sensu voltado para a formação continuada de profissionais da educação básica e/ou de outros(as) profissionais envolvidos(as) com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza.

A Educação a Distância (EAD) tem-se apresentado como uma modalidade de educação que, no quadro de uma política global que articule formação inicial e continuada, vem contribuindo substantivamente para mudar o quadro de formação e qualificação dos profissionais da educação. Neste contexto, a Universidade Federal do Piauí, juntamente com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí e com o apoio do Ministério da Educação, pretende ofertar 400 vagas para profissionais da Educação Básica para o Estado do Piauí, priorizando os polos ou campus onde funcionam os cursos de Graduação presencial como também os cursos na Modalidade a Distância, de forma a promover a melhoria da qualidade da Educação Básica destinada às crianças, jovens e adolescentes que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Acredita-se que a formação continuada destinada aos professores e profissionais que estão envolvidos com políticas sociais voltadas para o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza, quando acontece articulada à reflexão crítica acerca das vivências desses sujeitos tem o potencial de transformar o olhar e as ações educativas desenvolvidas nos contextos escolares e não escolares. Além disso, esse curso pode favorecer a radicalização também do olhar das instituições formadoras dos(as) profissionais que atuam diretamente no atendimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e de pobreza extrema.

O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* em proposição na modalidade a Distância, integrado a um conjunto de ações formativas de cunho presencial e a distância, pretende promover cada vez mais a democratização do acesso a ações formativas que contribuirão para melhoria da qualidade da educação, em termos materiais e humanos. Esta modalidade de educação possibilita uma maior flexibilidade na organização e no desenvolvimento dos estudos, fortalecendo a autonomia intelectual no processo formativo; acesso às novas tecnologias da informação e comunicação; interiorização da formação continuada, uma vez que possibilita o acesso de profissionais que atuam em locais distantes dos centros urbanos; redução de custos de formação continuada por se verificar a impossibilidade de oferta de cursos presenciais além da ampliação de infraestrutura adequada nas universidades públicas.

### São ações deste programa:

#### (a) *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (465h)*

Esse processo formativo a distância insere-se no contexto da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (instituídas pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e pela Portaria Ministerial nº 1.328, de 23 de setembro de 2011). O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* tem como centralidade a **formação continuada** de profissionais da Educação Básica e/ou de outros profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza. A relação entre educação, escola, políticas educacionais, formação docente, currículos, teorias pedagógicas e o direito do ser humano de aprender e se desenvolver de forma justa tem estado, em certa medida, ausente nas políticas e no pensamento educacional bem como na formação de profissionais da Educação Básica e de outros profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos.

Em face dessa realidade, muitas crianças, jovens e adolescentes que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza não encontram na escola as condições de desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista que a condição social desses sujeitos é sempre vista como empecilho para seu pleno desenvolvimento social, cultural e histórico. Para transformar tal realidade, este curso tem a finalidade de colaborar com a formação de profissionais da Educação Básica e de outros profissionais envolvidos com políticas sociais referentes aos processos de educação envolvendo sujeitos que vivenciam a experiência de pobreza ou de extrema pobreza. Para isso, propõe como meio de desenvolvimento dos profissionais da Educação Básica e de outros profissionais envolvidos com políticas sociais o debate, a reflexão e o desenvolvimento de ações concretas em contextos educativos que elevem as possibilidades de crianças, jovens e adolescentes que vivenciam contexto de pobreza e extrema pobreza avançarem na produção das condições que precisam ser criadas em contextos educativos para que esses sujeitos encontrem as condições de desenvolvimento social cultural e humano, enfim, histórico.

(b) *O programa pretende promover a práxis em torno de princípios político-ético-emancipatórios assentados no direito à vida, à igualdade e à diversidade e além da dimensão de formação continuada tem apoio à pesquisa e produção de conhecimento.*

**Pesquisa:** A pesquisa financiada no conjunto de ações do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social* tem como objetivo investigar com vistas a

análise do contexto escolar, em suas diferentes dimensões (**políticas, pedagógicas, gestão, família**), sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza. A proposta é que haja articulação entre ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário e que seja constituído núcleo de estudo e pesquisa na instituição sobre a temática das relações entre educação, pobreza e desigualdade social. Pretende-se a aproximação dos estudos teóricos aos contextos sociais empobrecidos, o que constituirá uma oportunidade de reeducar e radicalizar o olhar também das instituições formadoras dos/as profissionais sobre as crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e de pobreza extrema. A reflexão sobre essas questões deve enriquecer a formação de profissionais e alicerçar o princípio básico em que se ancoram as práticas na universidade: a indissociabilidade entre a tríade ensino, pesquisa e extensão. O retrato gerado a partir da pesquisa permitirá identificar avanços e desafios dos sistemas educacionais no trato com crianças e jovens em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Com a criação dos núcleos de pesquisa e os resultados decorrentes destas ações que estão previstos na planilha de apoio ao *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social* deverão ser liberados recursos e espaço público (observatório) posteriormente pelo MEC/SECADI para publicações e organizações de eventos, visando divulgar e disseminar amplamente o conhecimento produzido durante o período de execução do curso.

### 3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1968. Originou-se da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, todas localizadas em Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, localizada em Parnaíba.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, em solenidade pública e a partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

De 1971 a 2005, a UFPI trabalhou apenas com ensino presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, após concorrer à Chamada Pública do Edital nº. 01, de

20 de dezembro de 2005, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), passando a funcionar com os seguintes objetivos: oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendam às necessidades socioeconômicas de cada região; administrar as atividades técnicas e administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo funcionamento do CEAD.

A adesão da UFPI ao ensino a distância nasce do comprometimento com a democratização do saber, meta alcançada pela oferta de cursos e atividades de ensino que possam ser oferecidos a um contingente de indivíduos que não têm acesso aos cursos presenciais da Universidade. Como forma de alcançar este objetivo, a UFPI propôs, no seu PDI anterior, um investimento significativo na modalidade “Ensino a Distância”, representando um compromisso assumido por todos que compõem essa instituição de ensino superior. Para o funcionamento das atividades de ensino é utilizado o apoio dos Polos de Apoio Presencial, que são espaços físicos mantidos pelos municípios ou Governo do Estado que oferecem infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para o acompanhamento dos cursos pelos alunos. Ainda em 2009, a UFPI também aderiu ao Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), em edital lançado pela UAB no referido ano, para a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública e das Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Desde 2010 a UFPI oferece cursos de especialização na modalidade a distância em Coordenação pedagógica e Gestão educacional, ambos desenvolvidos no âmbito estadual visando a melhoria da qualidade da Educação básica.

Esse conjunto de ações desenvolvidas na UFPI relacionadas à formação continuada reflete o consenso entre os educadores que reconhecem a importância dos cursos de formação profissional principalmente como instrumento permanente de melhoria da qualidade do ensino. Esta atitude de criação de uma cultura institucional de formação continuada predispõe o sistema a perceber a continuidade da formação como um processo necessário, contínuo, de aperfeiçoamento acadêmico e importante elemento para o planejamento na gestão institucional.

A formação continuada dos profissionais de educação básica representa, portanto, uma possibilidade concreta de elevação da qualidade do ensino público oferecido às comunidades, sobretudo, às comunidades carentes que demandam mais atenção do poder público. Para concretizar esse objetivo, a Universidade Federal do Piauí, em parceria com outras instituições, no contexto do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, assume o compromisso de planejar e desenvolver o *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, ofertado na modalidade a distância, destinado à formação continuada de professores e demais profissionais envolvidos com a educação de

crianças, jovens e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza.

#### 4 CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social* parte da constatação da persistente existência da pobreza no País que afeta, ao longo de nossa história, crianças, adolescentes, jovens e adultos, apesar do registro de avanços importantes nas últimas décadas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), em 1992, a população pobre ou extremamente pobre<sup>1</sup> totalizava 45,12% da população. Em 2012, o percentual, segundo a pesquisa, era de 12,09%, totalizando aproximadamente 22.230.000 pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema, número ainda muito elevado e significativo. Trata-se do reconhecimento de que a pobreza não deixa de existir no momento em que esses sujeitos entram na escola. Ao contrário, os efeitos de tal fenômeno social manifestam-se de maneira contundente nos espaços de educação. Esse Programa trata, portanto, das relações entre educação, pobreza e desigualdade social e tem como objetivo promover, em contexto de formação continuada, reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas.

Confrontar essas vivências com as visões predominantes nas políticas educacionais, na gestão da educação e no contexto escolar da educação básica é um dos principais desafios do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Esse Programa pretende promover a práxis em torno de princípios político-ético-emancipatórios assentados no direito à vida, à igualdade e à diversidade, organizando-se em torno de *três dimensões*, detalhadas a seguir:

- a) Formação continuada:** essa dimensão tem como objetivo formar, em nível de especialização e extensão universitária, profissionais que atuam na educação básica e/ou em políticas sociais que estabelecem relações entre educação, pobreza e desigualdade social em seus aspectos políticos, sociais e éticos que visam à transformação da realidade escolar e social. É importante que a formação continuada, no âmbito do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, esteja associada a debates e reflexões na formação inicial, sobretudo, nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, principalmente a partir da relação entre esse

---

<sup>1</sup> Considerando a renda per capita mensal inferior a R\$70,00 para a extrema pobreza e inferior a R\$140,00 para a pobreza. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2012/IBGE/IPEA. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159\\_apresentacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Programa e outros implementados pelo MEC (PIBID, PARFOR, Universidade Aberta do Brasil (UAB), entre outros) ou pelas próprias IFES. Esse Programa terá início com o *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* (465h), ofertado nacionalmente a partir de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) e de um material pedagógico-didático previamente elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a participação de especialistas das áreas de estudo e pesquisa de diferentes instituições universitárias e disponibilizado pela SECADI/MEC. Além disso, o Programa apoiará Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no desenvolvimento e na oferta de  *cursos de extensão universitária*  a serem definidos localmente, considerando as necessidades dos(as) profissionais da educação básica e/ou daqueles envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza. Os cursos de extensão deverão tratar de temáticas específicas ligadas às relações entre educação, pobreza e desigualdade social, tais como: trabalho infantil, violência escolar, abuso sexual, uso de drogas, gravidez na adolescência, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), etc.;

**b) Apoio à pesquisa acadêmica em Educação, Pobreza e Desigualdade Social:**

o apoio à pesquisa acadêmica, no âmbito desse Programa, tem como finalidade a indução da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário, de forma que, *à luz do objeto da formação continuada*, as IFES constituam *núcleos de estudo e pesquisa sobre a temática das relações entre educação, pobreza e desigualdade social*, conforme disposto na Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Pretende-se a aproximação dos estudos teóricos aos contextos sociais empobrecidos, o que constituirá uma oportunidade de reeducar e radicalizar o olhar também das instituições formadoras dos(as) profissionais sobre as crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e de extrema pobreza. *Cada IFES desenvolverá um projeto de pesquisa, de acordo com as diretrizes definidas pela SECADI/MEC, que articule reflexões teóricas aos contextos escolares e sociais empobrecidos, sinalizando perspectivas de enfrentamento e alteração das circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza.* Deve ter como centralidade a ampliação e aprofundamento do conhecimento da realidade no que se refere: a) *ao perfil do alunado, do corpo dos profissionais da educação básica e das famílias que compõem a comunidade escolar de escolas em contextos empobrecidos e suas trajetórias;* b) *às práticas pedagógicas e sua relação com os contextos*

*empobrecidos; c) às condições materiais e humanas das escolas e seu “lugar” em contextos empobrecidos; d) às relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente; e) à infraestrutura das escolas em contextos empobrecidos; f) aos recursos pedagógicos disponíveis; g) aos processos de gestão, entre outros relevantes. Esse projeto deverá se desenvolver por meio de uma pesquisa nacional e interinstitucional. Terá apoio financeiro para sua realização e serão disponibilizadas bolsas de estudo e pesquisa para dois (duas) professores(as) pesquisadores(as);*

- c) Apoio à difusão do conhecimento:** essa dimensão trata do apoio à difusão do conhecimento, que inicialmente se materializará pelo apoio à publicação, em formato de livros impressos e digitais, de Trabalhos de Conclusão de Curso elaborados pelos(as) cursistas e sistematização da pesquisa realizada pelas IFES, o que articula ensino, pesquisa e extensão.

Em outras etapas poderão ser apoiados seminários, congressos, colóquios ou outros, desde que tratem das relações entre educação, pobreza e desigualdade social. A Figura 1 ilustra a dinâmica do Programa.



Figura 1 – Dinâmica do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social



Fonte: Elaborada pelos autores (2014).

É importante destacar que as três dimensões citadas constituem-se em um processo de retroalimentação continuado e articulado, ou seja:

- a) As IFES contribuem para a formação continuada de profissionais da educação básica e/ou de envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação, *iniciando com o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Ao mesmo tempo, espera-se que a oferta do curso, acompanhada pelo apoio à pesquisa, contribua para a consolidação do debate na IFES sobre educação e pobreza;
- b) O *objeto da formação continuada*, ou seja, as relações entre educação, pobreza e desigualdade social, *passa a ser objeto de pesquisa* das IFES, a partir de contextos locais empobrecidos;
- c) A partir da formação e da pesquisa, produz-se conhecimento que se materializa em publicações que passam a ser objeto da formação continuada. Novos cursos podem ser (re)pensados pelas IFES a partir de suas realidades locais e pesquisas realizadas. São aprofundadas e ampliadas as perspectivas de pesquisa, produzindo novos conhecimentos.

Constitui-se, assim, um ciclo de retroalimentação permanente que contribuirá tanto para a formação continuada de profissionais da educação básica e/ou profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos quanto para a pesquisa e sua divulgação, produzindo material de estudo para a ampliação de cursos existentes e elaboração de novos cursos e/ou pesquisas. O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* representa o primeiro passo da concretização desse Programa.

O material pedagógico-didático, as pesquisas e os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos no âmbito do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pela SECADI/MEC, pelas IFES parceiras e pelos(as) cursistas poderão ser disponibilizados no Observatório Educação, Pobreza e Desigualdade Social, a ser criado no contexto desse Programa ou poderão ser disponibilizados em Observatório da Educação já existente, a exemplo daquele desenvolvido pela Capes/MEC. Esse Observatório disponibilizará, além desses materiais, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema. Disponibilizado em portal específico, tal Observatório será um espaço de socialização e disseminação do conhecimento produzido sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social e poderá ser utilizado por profissionais da educação básica e do ensino superior, bem como por estudiosos(as) e pesquisadores(as) de diferentes instituições, incluindo a escola pública em seus processos formativos continuados, por meio de grupos de estudo, reuniões pedagógicas, etc.

A relação entre educação, escola, políticas educacionais, formação docente, currículos, teorias pedagógicas e o primeiro direito do ser humano a um digno e justo viver tem estado, em certa medida, ausente nas políticas e no pensamento educacional, bem como na formação de profissionais da educação básica e de outros(as) profissionais envolvidos(as) com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos. Sendo assim, esse *Curso de Especialização* tem a finalidade de provocar o debate e a reflexão, sobretudo, no que se refere aos processos de educação envolvendo sujeitos que vivenciam a pobreza ou a extrema pobreza.

A provocação para tal debate está fundamentalmente associada aos desafios postos pela quase universalização do acesso à educação básica no Brasil nas últimas décadas. Segundo o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 96,7% das crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos – faixa etária correspondente ao ensino fundamental – frequentaram a escola naquele ano, representando um número aproximado de 28,2 milhões de estudantes. Embora 3,3% de meninas e meninos ainda estejam fora da escola, é inegável o significativo avanço em termos de acesso à educação. Tal avanço foi possível com a implementação de políticas educacionais

e políticas sociais articuladas à educação, a exemplo do Programa Bolsa Família, com o sistema de condicionalidades à educação, à saúde e à assistência social.<sup>2</sup>

Diante de tal conjuntura, constatado o avanço considerável (embora não total) do acesso à educação em nível nacional, abrem-se novos e significativos desafios. É preciso que a ampliação do acesso à educação seja acompanhada de um grande esforço pela melhoria da qualidade da educação, em termos materiais e humanos. Esse esforço, vale destacar, visa ao cumprimento de um dever do Estado, portanto, um direito da população, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei n.º 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

Para que esse esforço apresente resultados, é necessário o conhecimento aprofundado do lugar social de origem de crianças, adolescentes e jovens que acessaram a escola pública nas últimas décadas, bem como da realidade das escolas públicas brasileiras. É com esse intuito que o Governo Federal tem coletado e sistematizado dados sobre a educação no país. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), havia naquele ano 41.935.061 estudantes matriculados em instituições públicas da educação básica no Brasil.

É relevante destacar que o número de crianças e jovens (6 a 17 anos) acompanhados(as) pelo Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar de famílias participantes do Programa Bolsa Família (Sistema Presença) chegou à marca, no mesmo ano, de 16.085.160 estudantes.<sup>3</sup> Isso resulta em um percentual aproximado de 38,3% de estudantes de escolas públicas brasileiras que, segundo os cadastros sociais, são filhos e filhas de famílias cuja renda mensal per capita é menor que R\$140,00.

Em estudo realizado por Soares e Souza,<sup>4</sup> o processo de universalização da educação possibilitou o acesso e a frequência escolar de parcela da população pobre nas escolas públicas, mas em contrapartida, os Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) não passaram a reconhecê-los e inclui-los como sujeito de direitos pertencentes do processo

---

<sup>2</sup> Para o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, os sujeitos participantes se comprometem a cumprir algumas condições, cujo objetivo é responsabilizar as famílias pelo compromisso assumido e o poder público pela oferta dos serviços. Na área da saúde, as crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário de vacinação e o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento em dia; mulheres grávidas entre 14 e 44 anos devem fazer acompanhamento pré-natal. Na área da educação, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem ter frequência escolar mensal de 85%, e jovens entre 16 e 17 anos, frequência de 75%. Na área da assistência social, crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retirados do trabalho infantil devem participar de serviços socioeducativos com frequência mensal de 85%. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

<sup>3</sup> Fonte: Sistema Presença/MEC. Número referente ao total de alunos acompanhados nos meses de outubro e novembro de 2013.

<sup>4</sup> SOARES, K. J.; SOUZA, C. R. F. O Projeto Político-Pedagógico: instrumento para pensar a situação de pobreza nas escolas. In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. v. 1. Brasília: LiberLivro, 2013. p. 255-271.

ensino-aprendizagem, desconsiderando, conseqüentemente, o problema e as questões relativas à pobreza e à educação desses estudantes. Para essas autoras, há uma caracterização da comunidade escolar sobre seus aspectos socioeconômicos, porém esse diagnóstico não se traduz para ações específicas do PPP. Esses aspectos deveriam considerar, segundo Yannoulas e Duarte,<sup>5</sup> a situação de pobreza dos estudantes que frequentam a escola não apenas como um contexto que justifica a limitação dos resultados pedagógicos, mas como um elemento determinante da dinâmica escolar, por ser constituinte do campo e das regras que dominam esse campo de atuação.

Nessa perspectiva, pergunta-se: que resposta a educação brasileira tem dado às vivências da pobreza que adentram as escolas públicas? Programas focalizados, como o Programa Bolsa Família, têm contribuído para a compreensão dessas vivências? Como tratar de políticas educacionais universalizantes, por um lado, e de políticas sociais focalizadas, por outro? Colocam-se, ainda, outras questões qualitativas que indagam gestores(as) públicos e profissionais da educação brasileira.

- a) De que maneira a experiência escolar poderá se tornar um tempo e um espaço de digno e justo viver para essas infâncias, adolescências e juventudes condenadas a vidas precarizadas e injustas? As condições físicas das escolas públicas populares permitem vivências de espaços e tempos de um justo e digno viver? As escolas conseguem colaborar com a concretização daquilo que socialmente se define como uma vida digna e justa?
- b) As estruturas escolares, as lógicas classificatórias e reprovadoras, que penalizam de maneira peculiar essas infâncias-adolescências-juventudes, não reproduzem as segregações injustas que sofrem nas relações sociais, políticas, econômicas?
- c) Como formar profissionais da educação básica e de políticas sociais que tenham consciência dos processos de vitimação dessas infâncias, adolescências e juventudes que ocorrem na sociedade e, em certa medida, se reproduzem nas escolas? Como formá-los para intervir nessas estruturas segregadoras?
- d) Que currículo, que conhecimentos garantirão a essas crianças, adolescentes e jovens na extrema pobreza o direito a conhecer-se nas estruturas, nos padrões de poder, de trabalho, de apropriação-expropriação da vida, da renda, da terra, do teto, etc.? Que currículo, que conhecimentos lhes garantirão o direito a reconhecerem o caráter racista e sexista que os inferioriza ao longo de nossa história? Que currículo, que conhecimentos lhes garantirão seu direito a saberem

---

<sup>5</sup> YANNOULAS, S. C.; DUARTE, N. S. Cotidiano escolar e situação de pobreza: cinco dinâmicas ou micropolíticas diferenciadas. In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. v. 1. Brasília: LiberLivro, 2013. p. 235-254.

de tantas resistências e formas de preservar sua dignidade, memória, cultura e identidades positivas?

Yannoulas e Duarte,<sup>6</sup> em pesquisa realizada no Distrito Federal sobre a situação de pobreza em contexto escolar, afirmam que os profissionais da educação básica, sobretudo aqueles que atuam em contextos sociais empobrecidos, demonstram dificuldades em tratar do tema, atuando por meio de interpretações da pobreza a partir de perspectivas imprecisas, negligenciadas e, por vezes, discriminatórias. Para essas autoras, essa visão decorre, em grande medida, da ausência de formação docente para tratar das circunstâncias e vivências da pobreza, bem como para compreender sua dinâmica social e escolar.

Essa problemática emerge sempre que são trazidas para o debate as relações entre educação, pobreza e desigualdade social, debate esse de grande importância, considerando a realidade atual da educação brasileira. Paradoxalmente, porém, a produção acadêmica sobre o tema tem sido pouco sistemática. Isso é parte do diagnóstico feito por Yannoulas, Assis e Ferreira,<sup>7</sup> que se debruçaram sobre a produção acadêmica brasileira contemporânea acerca das relações entre educação formal e pobreza.

Analisando artigos, dissertações, teses e grupos de pesquisa, entre os anos de 1999 e 2009, com foco nas áreas de educação e assistência social, as autoras constataram, nos trabalhos coletados, uma predominância dicotômica das abordagens sobre educação e pobreza: por um lado, a educação como método para romper o círculo da pobreza (inclusão social) ou modificar a situação de pobreza (mobilidade social); por outro, o sistema escolar como reprodutor de uma ordem social injusta constituída.<sup>8</sup> Segundo os dados por elas levantados, poucas e recentes são as pesquisas que abordam o tema de uma perspectiva complexa, que considere as dimensões educativa, econômica, cultural e política das relações entre o sistema escolar e a pobreza.<sup>9</sup> Essas constatações significam que o tema da pobreza não tem sido tratado sistematicamente nas universidades brasileiras, embora existam exemplos frutíferos de pesquisa.

Considerando, desse modo, os desafios postos pela quase universalização da educação básica; pelos questionamentos referentes ao tensionamento das relações entre educação, pobreza e desigualdade social; pela necessária e urgente formação continuada de profissionais da educação básica e visando fomentar o debate acadêmico sobre a

---

<sup>6</sup> *Idem.*

<sup>7</sup> ASSIS, S.; FERREIRA, K.; YANNOULAS, S. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 329-351, maio/ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 ago. 2014.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 339-340.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 343.

temática, com vistas à transformação social de contextos empobrecidos, propõe-se o *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*.

## 5 OBJETIVOS

### 5.1 Objetivo Geral

Formar, em nível de especialização, na temática da Educação, Pobreza e Desigualdade Social, profissionais da educação básica e outros envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos. Visa-se ao desenvolvimento de práticas político-pedagógicas que possibilitem a transformação das condições de vivência da pobreza e da extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens e, conseqüentemente, promovam condições objetivas que viabilizem um justo e digno viver definido socialmente.

### 5.2 Objetivos Específicos

- Possibilitar a apropriação de conhecimentos científicos a respeito da pobreza e das desigualdades sociais em suas relações com questões étnicas, raciais, de gênero e de espaço;
- Analisar a constituição dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizados de modo amplo como “direitos humanos”;
- Relacionar os conhecimentos sobre pobreza, desigualdades sociais e direitos humanos com as políticas educacionais e outras políticas sociais voltadas para a alteração do quadro de pobreza e pobreza extrema no Brasil;
- Analisar o papel social da escola, seu currículo, suas práticas e as implicações em relação à manutenção ou à transformação da condição de pobreza de crianças, adolescentes e jovens;
- Sensibilizar os(as) profissionais da educação básica e outros(as) envolvidos(as) com políticas sociais que estabelecem relações com a educação para a necessidade de romper com práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e reproduzem as desigualdades sociais;
- Promover o reconhecimento das realidades locais no que se refere às condições de pobreza e pobreza extrema e sua relação com a educação;
- Produzir, a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso e de pesquisas, conhecimento a respeito da relação entre educação, pobreza e desigualdade social;

- Fomentar iniciativas voltadas para a alteração das condições de pobreza e pobreza extrema, especialmente a criação e o fortalecimento de redes com tal objetivo.

## 6 SUJEITOS DA FORMAÇÃO E VAGAS

Este curso é direcionado aos(as) profissionais da educação básica e a outros(as) profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza. Isso inclui professores(as); gestores(as) escolares, coordenadores(as) pedagógicos(as), secretários(as); servidores(as) técnico-administrativos(as) das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o que engloba coordenadores(as) estaduais e municipais de programas sociais que atuam direta ou indiretamente na educação básica, perfazendo um total de 400 (quatrocentos) profissionais distribuídos em 08 (oito) turmas.

Teremos 03 (três) polos conforme orientações de três municípios polos por Instituição:

**Polo de Teresina** – para 200 alunos de forma a atender os municípios próximos à capital, tais como: Teresina, Altos, Alto Longá, Barro Duro, Beneditinos, Coivaras, Currealinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Monsenhor Gil, Nazária, Novo Santo Antônio, Passagem Franca, Pau D’arco, Prata do Piauí, Palmeirais do Piauí e União.

**Polo de Floriano** – com 100 vagas. Para atender os seguintes municípios: Canaveira, Flores do Piauí, Floriano, Guadalupe, Itaueira, Jerumenha, Nazaré do Piauí, Pavussu, São Francisco do Piauí, São José do Peixe e São Miguel do Fidalgo.

**Polo de Parnaíba** – com 100 vagas. Para atender os seguintes municípios: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Luís Correia, Murici dos Portelas, Parnaíba, Piracuruca, São João da Fronteira e São José do Divino.

### 6.1 REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

- Ter concluído curso de graduação;
- Ser professor em exercício, de escola pública municipal e/ou estadual de educação básica, incluído aqueles da Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional;
- Ter disponibilidade para dedicar-se ao curso;
- Estar disposto a compartilhar o curso com o coletivo da escola;
- Não possuir outro curso de especialização, preferencialmente.

## 6.2 PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo acontecerá por meio de análise de currículo e entrevista de acordo com o artigo 13 da Resolução 131/05-CEPEX. Do total de vagas ofertadas, serão destinadas 10% (dez por cento) para o corpo docente e técnico da UFPI ou para comunidade em geral, devendo submeter-se ao processo seletivo do curso. Terão prioridade os candidatos inscritos que estiverem envolvidos no atendimento de crianças, adolescentes e jovens inseridos no Programa Bolsa Família.

## 7 PERFIL DO SUJEITO EM FORMAÇÃO

Espera-se que este curso contribua para a sensibilização dos cursistas no que se refere às relações entre educação, pobreza e desigualdade social, constituindo-se em uma oportunidade de reeducação e radicalização do olhar sobre as vivências de crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e de pobreza extrema.

As leituras e estudos postos por esse processo formativo têm por objetivo fomentar um conhecimento que permita que esses profissionais reconheçam e valorizem seus papéis políticos e sociais, não apenas no sentido estrito, mas também enquanto sujeitos capazes de se envolver com projetos e políticas sociais que visem à transformação da realidade da pobreza e da desigualdade social.

Esse envolvimento pode permitir a formação e mobilização de redes de trabalho cooperativo e colaborativo (intersectorializado) em torno dos desafios postos pela quase universalização da educação básica e pela luta em defesa da garantia da materialização de direitos sociais essenciais que possibilitem um justo e digno viver para crianças, adolescentes e jovens do nosso país.

## 8 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Esta proposta de formação tem como perspectiva um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que contemple uma densa reflexão teórico-prática em torno dos seguintes princípios **político-ético-emancipatórios**:

- a) **Direito à vida:** é o direito fundamental, e se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos. Direito à vida consiste não só no direito de



continuar vivo, mas, fundamentalmente, de ter uma vida digna, socialmente definida, como um valor intrínseco que não admite substituição;

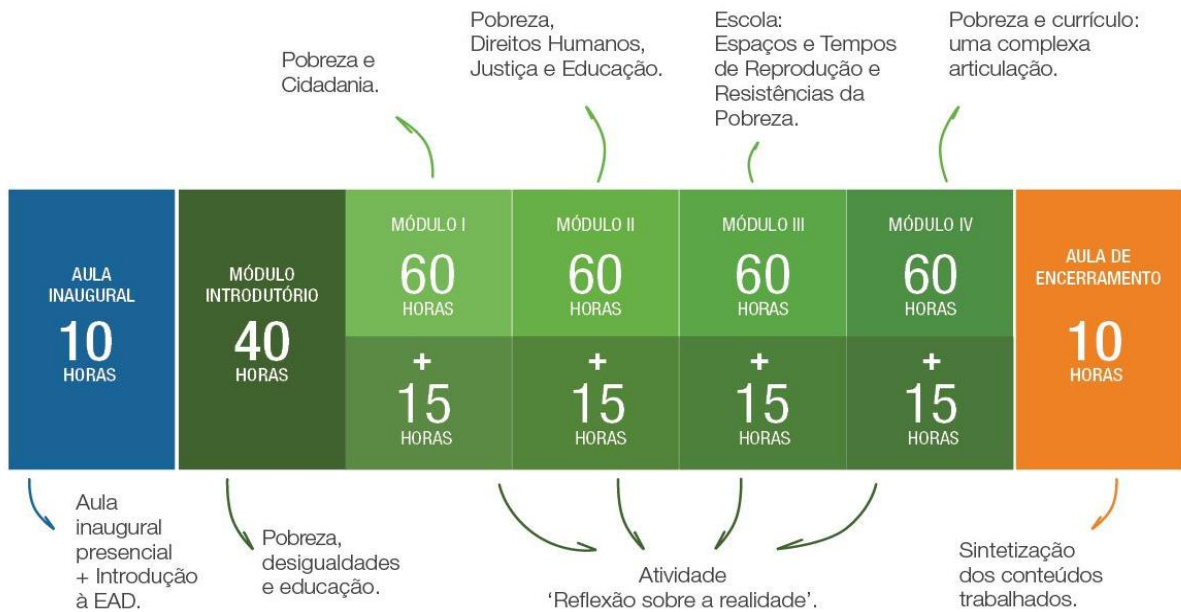
- b) **Direito à igualdade:** não se restringe ao aspecto formal, mas à sua materialidade. Trata-se da garantia formal e real de todos os requisitos para a garantia da vida digna. O direito à igualdade deve considerar que cada ser social tem de participar da sociedade oferecendo a esta aquilo de que é capaz e recebendo dela aquilo de que necessita. A igualdade se fundamenta, portanto, na diferença;
- c) **Direito à diversidade:** é fundamental para a convivência social e implica o respeito à diferença e o reconhecimento da autonomia dos sujeitos. Cada ser social deve ter o direito de se expressar a partir de suas condições e escolhas, no que tange às diferenças de raça e etnia, gênero, orientação sexual, classe social, crenças e religiões, sem que isso implique no tolhimento de seus demais direitos.

## 9 ESPECIFICIDADES DO CURSO

### 9.1 Carga horária

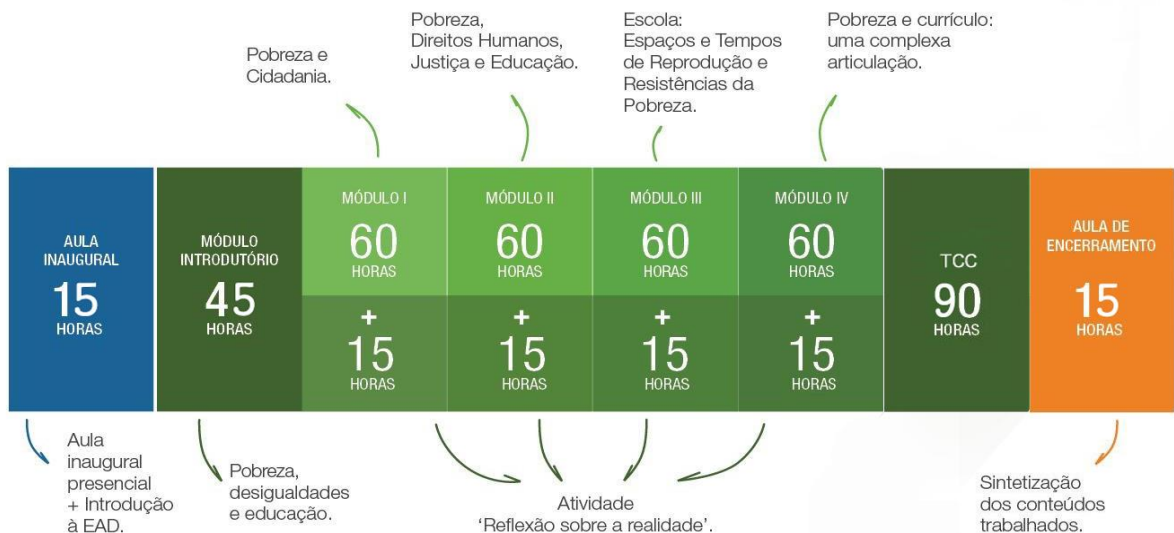
O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* terá carga horária de 465h, realizadas em 18 meses de estudos. A Figura 2 mostra como as horas e os módulos de estudos estão organizados no âmbito nacional e na Figura 3 foi feita a adaptação atendendo a realidade da Universidade Federal do Piauí com respeito a créditos, carga horária e requisitos para certificação de acordo com a resolução No. 131/2005 do CEPEX que regulamenta a Pós-graduação Lato Sensu.

Figura 2 – Organização das horas e módulos de estudos do *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*



Fonte: Elaborada pelos autores (2014).

Figura 3 – Organização das horas e módulos de estudos do *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* adaptado para atender a Resolução No. 131/2005 do CEPEX



**HORAS/AULA:** 465 (quatrocentos e sessenta e cinco horas).

**CRÉDITOS:** 31(trinta e um).

## 9.2 Equipe de docentes envolvidos no curso

Há uma Coordenação Nacional do *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, instalada no MEC, como também um grupo de trabalho técnico-pedagógico, responsável por assessorar a Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão para o acompanhamento técnico, didático, pedagógico do Curso nas Instituições Federais.

No âmbito da Universidade, haverá uma coordenação administrativa, uma coordenação pedagógica, supervisão do curso, dois professores pesquisadores, 6 professores formadores para acompanhamento dos módulos, orientadores de TCC, coordenadores de polo e tutores.

A equipe será composta com cerca de 70% de docentes da Universidade Federal do Piauí e até 30% de professores externos à Universidade Federal do Piauí. Considerando que para a orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso –TCC (01 orientador para cada cinco alunos) haverá necessidade de um número maior de professores, esse percentual poderá sofrer modificações. Os docentes envolvidos no curso de especialização deverão possuir titulação mínima de mestre.

### Coordenação Administrativa

NOME: ROSA LINA GOMES DO NASCIMENTO PEREIRA DA SILVA

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: QUÍMICA

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 152.434.943-72

e-mail: [rosalina@ufpi.edu.br](mailto:rosalina@ufpi.edu.br); [caap@ufpi.edu.br](mailto:caap@ufpi.edu.br)

Experiência Profissional: Professora Associada da Universidade Federal do Piauí, lotada no Departamento de Química, ministra aula para o curso de Química – Licenciatura e Bacharelado. Atua na área de meio ambiente e analítica. Foi coordenadora do curso de Licenciatura em Química na modalidade a Distância de 2008 a 2012. Atualmente responde pela Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

### Coordenação Pedagógica

NOME: ELIANA DE SOUSA ALENCAR MARQUES

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 516.911.753-15

e-mail: [esamarques@outlook.com](mailto:esamarques@outlook.com)

Experiência Profissional: Professora do Curso de Pedagogia. Foi coordenadora do Curso de Pedagogia no biênio 2010-2012 e exerce o mesmo cargo no biênio atual, 2014-2016. Atuou como coordenadora do PIBID na área de Pedagogia/campus Teresina, no período de 2010-2013. Integra o Núcleo de Pesquisas em Psicologia e Educação – NEPPED/UFPI.

### **Supervisão do Curso**

NOME: MARIA DO SOCORRO LEAL LOPES

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 066.902.893-20

e-mail: [mslealopes@gmail.com](mailto:mslealopes@gmail.com)

Experiência Profissional: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011) e professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Superior, com ênfase em Ensino e Gestão Pedagógica, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professor: inicial e contínua, Currículo, Estágio Curricular e Prática docente. Atualmente é Pró-reitora de Ensino de Graduação da UFPI.

### **Professora pesquisadora**

NOME: JOSÉLIA SARAIVA E SILVA

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 372.546.693-91

e-mail: [joseliasaraiva@yahoo.com.br](mailto:joseliasaraiva@yahoo.com.br)

Experiência profissional: Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta II no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal do Piauí. Atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) da UFPI, na qualidade de docente e coordenadora adjunta do programa.

### **Professora Pesquisadora**

NOME: HILDA MARIA MARTINS BANDEIRA

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 348.142.803-00

e-mail: [hildabandeira@hotmail.com](mailto:hildabandeira@hotmail.com)

Experiência Profissional: Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Professora Assistente DE da Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação do Departamento de Método e Técnicas de Ensino na área de Didática, Teoria do Currículo e Sociedade e Prática de Ensino. Possui experiência na área de educação básica e superior. Estuda temas focalizando, principalmente: formação de professores iniciantes, necessidades formativas, didática, prática pedagógica, diários da prática docente, reflexão crítica, práxis e educação para o trânsito. Desenvolve estudos e pesquisas com base no Materialismo Histórico Dialético e da Pesquisa Colaborativa e Pesquisa-ação.

### **Professoras Formadoras**

a) NOME: CRISTIANE DE SOUSA MOURA TEIXEIRA – **MÓDULO I**

TITULAÇÃO: Doutoranda

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 940.305.683-72

e-mail: [cris\\_smoura23@hotmail.com](mailto:cris_smoura23@hotmail.com)

b) NOME: CARLA ANDRÉA SILVA – **MÓDULO II**

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

CPF Nº 934.996.983-15

e-mail: [carlandreapi@gmail.com](mailto:carlandreapi@gmail.com)

c) NOME: NORMA PATRICYA LOPES SOARES – **MÓDULO III**

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 429.033.783-04

e-mail: [nplsoares@ufpi.edu.br](mailto:nplsoares@ufpi.edu.br)

d) NOME: JANE BEZERRA DE SOUSA – **MÓDULO IV**

TITULAÇÃO: Doutora

ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: DE

CPF Nº 395.878.003-20

e-mail: jane\_bezerrasousa@yahoo.com.br

**RELAÇÃO DOCENTES / MÓDULOS**

Professores	Modulo	CPF	SIAPE	TITULAÇÃO	E-MAIL	IES
Eliana de Sousa Alencar Marques	COORDENAÇÃO-AULA INAUGURAL	516911753-15	2352093	DOUTORA	esalencar123@gmail.com esalencar@outlook.com	UFPI
Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva	COORDENAÇÃO-AULA INAUGURAL	152434943-72	0423387	DOUTORA	rosalina@ufpi.edu.com.br	UFPI
Cristiane de Sousa Moura Teixeira	MODULO I	940305 683-72	2781673	DOUTORANDA	cris_smoura23@hotmail.com	UFPI
Carla Andréa Silva	MODULO II	934996 983-15	-	DOUTORA	carlandreapi@gmail.com	FAP-TERESINA
Norma Patricya Lopes Soares	MODULO III	429033783-04	3333891	DOUTORA	nplsoares@ufpi.edu.br	UFPI
Jane Bezerra de Sousa	MODULO IV	395878003-20	3285792	DOUTORA	jane_bezerrasousa@yahoo.com.br	UFPI
Eliana de Sousa Alencar Marques	COORDENAÇÃO-AULA DE ENCERRAMENTO	516911753-15	2352093	DOUTORA	esalencar123@gmail.com esalencar@outlook.com	UFPI
Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva	COORDENAÇÃO-AULA DE ENCERRAMENTO	152434943-72	0423387	DOUTORA	rosalina@ufpi.edu.com.br	UFPI
Maria do Socorro Leal Lopes	SUPERVISÃO	066902893-20	1167864	DOUTORA	mslealopes@gmail.com	UFPI
Josélia Saraiva e Silva	PROFESSORA PESQUISADORA	372 546 693-91	1087152	DOUTORA	joseliasaraiva@yahoo.com.br	UFPI
Hilda Maria Martins Bandeira	PROFESSORA PESQUISADORA	348142803-00	2655082	DOUTORA	hildabandeira@hotmail.com	UFPI

### 9.3 Periodicidade do curso

PERÍODO: **setembro/2014 a agosto de 2016**

O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, ora proposto, será de 465 h/a. Este curso terá início com aula inaugural em fevereiro de 2015 e início do módulos em janeiro de 2015.

O polo estará aberto durante a semana para atendimento aos alunos, devendo o aluno ser acompanhado pelo tutor, procurando agendar horário para uso do computador, devendo ter disponível pelo menos 10 horas semanais para dedicação às atividades do curso.

### CRONOGRAMA DE ATIVIDADES E SUBATIVIDADES DO PROJETO

ATIVIDADES / SUBATIVIDADES	PERÍODO DE EXECUÇÃO
<b>1 Planejamento</b>	
1.1 Tramitação e aprovação do projeto do curso	Agosto /setembro2014
1.2 Definição da Coordenação Geral, Equipe Técnica Pedagógica, Administrativa e Tecnológica	Agosto /setembro2014
<b>2 Preparação</b>	
2.1 Processo seletivo	Novembro/ dezembro de 2014
2.2 Período de matrícula do curso	Janeiro/2014
<b>3 Desenvolvimento</b>	
3.1 Solenidade de abertura	Fevereiro de 2014
3.2 Desenvolvimento do Curso	Fevereiro de 2015 a agosto de 2016
3.2 Desenvolvimento das salas ambientes	Fevereiro de 2015 a janeiro de 2016
3.2.2 Encontros presenciais	36h – 09 encontros
3.2.3 Construção do TCC	Ao longo do curso e de forma centrada nos últimos 6 meses do curso de especialização
3.3 Relatório parcial do curso	Semestral
3.4 Solenidade de encerramento	Julho de 2016

## 10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLÓGICA

Propõe-se um currículo que: a) contemple o desenvolvimento de reflexões (conteúdos) que partam dos saberes dos(as) envolvidos(as); b) provoque, metodologicamente, estratégias pedagógicas para que sejam informados os saberes que se deseja ampliar; c) proporcione mediações teóricas (com o material pedagógico-didático e com as docências) e d) afete os(as) cursistas a ponto de ocasionar modificações das práticas político-pedagógicas no contexto educacional.

O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* (465h) está organizado em torno de cinco módulos temáticos, os quais contemplam atividades de reflexão e prática; uma Atividade de Estudo e Pesquisa, desenvolvida ao longo de quatro módulos e denominada Reflexão sobre a realidade e elaboração de um memorial ao final de cada um dos módulos, os quais são apresentados a seguir.

### 10.1 Módulos temáticos

#### A) INTRODUÇÃO À EAD

Carga horária: 15h

##### **Ementa**

Apresentação da plataforma MOODLE, preparação do aluno para o estudo na modalidade a distância. Fatores que favorecem a concentração: hábito, interesse, relaxamento, emoção. Recursos mnemônicos na aprendizagem. Planejamento, cronograma e rotinas de estudos.

##### **Objetivo geral**

Proporcionar fundamentos teóricos básicos de Educação a Distância aos cursistas, para aprofundamento de seus conhecimentos acadêmicos e profissionais.

##### **Objetivos específicos**

- Discutir elementos conceituais sobre EaD para os cursistas e enumerar, as suas principais características;
- Analisar e identificar as principais ferramentas da plataforma MOODLE como apoio à educação a distância;
- Conhecer e aplicar as ferramentas da internet no uso das tecnologias na EaD;
- Contextualizar o curso na modalidade de Educação a Distância (EaD);
- Usar a Internet como ferramenta de trabalho e em Ambientes Virtuais de Educação



como: estudo do Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (MOODLE).

### Conteúdo programático

- Contextualizando um Curso na modalidade de Educação a Distância (EaD): EAD – conceituação, situação e tendências e processo metodológicos;
- Fundamentos epistemológicos e pedagógicos da EaD, modelos e processos de aprendizagem, dispositivos tecnológicos utilizados na EaD;
- A internet como ferramenta de trabalho: TIC, a internet e o processo de aprendizagem em cursos a distância;
- Ambientes Virtuais de Educação: estudo do Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (MOODLE) – ambientes virtuais, o MOODLE – dispositivos e funcionalidades.

### REFERÊNCIAS

- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em: <<http://www.abed.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- ALVES, João Roberto Moreira. A nova regulamentação da EaD no Brasil. In SILVA, Marco. (Org). **Educação on-line**: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. Educação a distância: limites e possibilidades. In: ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. **Educação a distância**: uma nova concepção de aprendizagem e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.
- BARRETO, Lina Sandra. Educação a distância: perspectivas históricas. **Revista Estudos**, Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Brasília, n. 26, p. 7-11. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/publicacoes/Estudos26.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – LDB 9.394/2006. Brasília: MEC/SEED, ago. 2007. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/SEED-MEC – Referenciais de qualidade para educação a distância. Brasília: MEC/SEED, Agosto/2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- BURNHAM, Teresinha Fróes. A política de educação a distância: entendendo o discurso oficial. In: JAMBEIRO, Othon; RAMOS, Fernando. **Internet e educação a distância**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- CEDERJ. Disponível em: <<http://www.cederj.edu.br>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- DECRETO 5.622 – 19 de dezembro de 2005 (Regulamenta o artigo 80 da LDB, definindo a política oficial da EAD no Brasil).
- FARIAS, Giovanni. O tripé regulamentador da EAD no Brasil: LDB, portaria dos 20 % e o decreto 5.622/2005. In: SILVA, Marco. (Org.). **Educação online**: teorias, práticas, legislação

e formação corporativa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FERNANDES, Gildásio Guedes. Avaliação de aspectos da interface humano-computador no ambiente MicroMundos versão 2.04. In: ALBUQUERQUE, Luiz Botelho (Org). **Cultura, currículos e identidades**. Fortaleza: UFC, 2004a. (Coleção Diálogos Intempestivos).

FERNANDES, Gildásio Guedes. A semelhança entre a mediação em Vygotsky e a medição na interface humano-computador. Trabalho publicado no III Encontro de Pesquisa em Educação e II Congresso Internacional em educação. CD e Livro de Resumo: Educação – Práticas Pedagógicas e políticas de Inclusão. Teresina-Pi. 2004b.

LOBO NETO, Francisco Silveira. **Educação a distância**: regulamentação. Brasília: Plano, 2000.

LOBO NETO, Francisco Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, Marco. (Org). **Educação on-line**: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MORAN, José M. A educação superior a distância no Brasil. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/avaliacao.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).

PORTARIA 4.036 - 29 de dezembro de 2005. (Regulamenta o credenciamento de IES para o uso regular da EAD em seus processos).

PORTARIA n.º 873 de 7 de abril de 2006. (autoriza em caráter experimental a oferta de cursos de graduação a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior no âmbito dos programas de indução de oferta pública de cursos superiores a distância fomentado pelo MEC.)

## B) MÓDULO INTRODUTÓRIO

### **Pobreza, desigualdades e educação**

**Autoria: Prof. Dr. Miguel González Arroyo (UFMG)**

Carga horária: 45h

#### **Ementa**

Educação, pobreza e desigualdades sociais. A presença da pobreza e das desigualdades sociais nas escolas e as questões que este fato traz para as políticas e práticas educacionais.

#### **Objetivos gerais**

- Explicitar as relações entre produção social da pobreza, desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero, de espaço (urbano rural) e educação;
- Sensibilizar os(as) profissionais da educação básica sobre essas relações e as exigências trazidas por elas para as políticas educacionais e para os currículos de

formação da educação básica.

### Objetivos específicos

- Reconhecer, em sentido amplo, a existência persistente da pobreza na sociedade brasileira e a presença dos pobres nas escolas a partir da universalização do ensino básico;
- Mapear e questionar as visões moralizantes sobre a pobreza, presentes nas práticas socioeducativas e nos currículos da educação básica e na formação dos(as) professores(as);
- Enfatizar a importância do entendimento sobre a pobreza e as desigualdades como questões sociais, políticas, econômicas e culturais – incluindo nesse contexto a escola – para a construção de novas práticas educacionais voltadas para as relações entre educação, pobreza e desigualdades sociais.

### Conteúdo programático

Introdução ao Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, partindo de um levantamento de questões que segue o seguinte caminho:

- Reconhecimento da pobreza;
- Como vemos a pobreza os pobres;
- A pobreza, uma questão moral?;
- A produção social da pobreza;
- Questões políticas sobre a pobreza;
- Produção dos diversos em desiguais;
- Os pobres, a parte da humanidade a ser humanizada?

### Referências

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

ARROYO, Miguel. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

PINZANI, Alessandro; LEÃO, Walquiria Domingues. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

SILVA, Ana Paula F. da; FREITAS, Marcos Cezar. Escolarização, trabalho e sociabilidade em situação de risco: apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

## C) MÓDULO I

### **Pobreza e Cidadania**

**Autoria: Prof. Dr. Alessandro Pinzani (UFSC) e Profa. Dra. Walquiria Leão Rego (UNICAMP)**

Carga horária: 75h

#### **Ementa**

Cidadania, democracia e pobreza. Fenomenologia da pobreza no Brasil. Dinheiro, renda e autonomia. O Bolsa Família como programa assistencial e não assistencialista. Efeitos do PBF sobre a subjetividade de seus participantes.

#### **Objetivos gerais**

Fornecer aos profissionais da educação básica e a outros profissionais envolvidos com políticas sociais que estabeleçam relações com a educação, um conhecimento dos efeitos não econômicos do PBF e de sua importância para a subjetividade dos participantes, o que se relaciona às questões sobre educação.

#### **Objetivos específicos**

- Possibilitar profissionais da educação básica e a outros profissionais envolvidos com políticas sociais que estabeleçam relações com a educação uma abordagem de seu trabalho que não se limite à gestão burocrática dos mesmos, mas que leve em conta as necessidades dos participantes enquanto indivíduos dotados de personalidade e de sensibilidade próprias;
- Conscientizar os profissionais da educação básica e outros profissionais envolvidos com políticas sociais que estabeleçam relações com a educação sobre a importância do PBF não somente do ponto de vista econômico, mas também social e político.

#### **Conteúdo programático**

##### **Unidade I: Cidadania e Democracia**

- O que é cidadania?
- O que é uma sociedade democrática?
- A relação entre cidadania e democracia.

##### **Unidade II: Pobreza: um conceito complexo e multifacetado**

- Onze dimensões de pobreza que por vezes são negligenciadas no debate sobre pobreza e educação:
  - Falta de condições básicas para uma vida saudável;

- Acesso nulo ou irregular à renda proveniente de trabalho;
- Trabalho infantil e abandono escolar;
- Alta natalidade;
- Acidentes;
- Falta de crédito;
- Invisibilidade e “mudez”;
- Desigualdade interna às famílias;
- Vergonha;
- Cultura da resignação;
- Exclusão da cidadania.

### **Unidade III: Pobreza e Capabilidades: a ideologia da meritocracia**

- Desigualdade, educação e cidadania;
- Pobreza e Capabilidades;
- Pobreza e Humilhação;
- A implicação da ideologia da meritocracia na educação e os problemas por ela trazidos para as relações entre pobreza, desigualdade e educação.

### **Unidade IV: Renda monetária e autonomia: algumas conclusões**

- A importância de programas de garantia condicionada de renda, como o Bolsa Família, como direito público que garante um nível maior de autonomia individual para os pobres;
- A importância dos gestores e profissionais da educação básica na garantia da efetivação desta autonomia.

### **Referências**

BELLUZZO, Lilia. **O lado intangível da Pobreza**: um estudo de caso na região da Brasilândia. Campinas: Unicamp, 2014.

BRANDÃO, André; PEREIRA, Rita de Cássia; DALT, Salete da. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. **Revista de Ciências Sociais: política e trabalho**, n. 38, p. 215-232, abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/14312/9388>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

COHN, Amélia. **Cartas ao presidente Lula**: Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

DINIZ, Eli (Org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: Hucitec, 1994.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816/15405>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

LAVINAS, Lena. Gasto Social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000600009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000600009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 13 jul. 2014.

PEREIRA, Luiz. **A escola numa área metropolitana**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.

PEREIRA, Luiz. **O magistério primário numa sociedade de classes**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2014.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Domingues Leão. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.

REGO, Walquiria Domingues Leão. Democracia integral y libertad justa. In: BORON, Atilio A.; VITA, Álvaro de (Orgs.). **Teoría y filosofía política**. Buenos Aires: Clacso, 2002. 123-138.

REGO, Walquiria Domingues Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PIRES, Flávia F. Dossiê 10 anos do Programa Bolsa Família. *Revista de Ciências Sociais*, n. 38, abr. 2013.

SALES, Teresa. **Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil** (Tese de livre-docência) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992.

SALES, Teresa. **A idéia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008.

SENNETT, Richard. *Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977.

SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

STREETEN, Paul P. **Thinking about development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ZINCONI, Giovanna. **Da sudditi a cittadini**. Bologna: Il Mulino, 1992.

## D) MÓDULO II

### **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**

**Autoria: Prof. Dr. Erasto Fortes Mendonça (UnB / CNE)**

Carga Horária: 75h

#### **Ementa**

Direito à vida como dimensão inegociável da existência. Direitos Humanos como frutos da luta pelo direito universal à dignidade humana. Dimensões cumulativas e qualitativas dos Direitos Humanos: direitos de liberdade (civis e políticos), de igualdade (econômicos, sociais e culturais) e de solidariedade (direitos difusos). Universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos. Reconhecimento da pobreza como violação aos Direitos Humanos. Produção da Educação em Direitos Humanos pelos sujeitos coletivos como prática social mediadora de novas emancipações políticas.

#### **Objetivo Geral**

Compreender o papel estratégico da Educação em Direitos Humanos no enfrentamento e na superação da pobreza e na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

#### **Objetivos Específicos:**

- Compreender o direito à vida e à dignidade humana como dimensão inegociável da existência;
- Compreender os Direitos Humanos como conquistas da organização social e da luta política de sujeitos coletivos;
- Analisar criticamente a compreensão dos Direitos Humanos como gerações cumulativas que partem dos direitos individuais para os direitos coletivos;
- Reconhecer a pobreza como violação dos Direitos Humanos;
- Compreender o protagonismo dos movimentos sociais na produção de novas emancipações políticas e na garantia dos Direitos Humanos;
- Analisar o papel dos(as) profissionais que atuam na educação básica e de gestores(as) de políticas sociais com vistas à transformação da realidade da pobreza e da desigualdade social.

#### **Conteúdo Programático**

##### **Unidade I: Evolução histórica dos Direitos Humanos**

- Construção social dos Direitos Humanos;
- Direitos Humanos como forma de luta contra situações de desigualdade de acesso a

- bens materiais e imateriais e a diversidades de diferentes naturezas;
- Conversão de lutas sociais em normas regulatórias que expressam uma cultura de direitos;
  - Marcos históricos que assinalam a institucionalização de direitos – As grandes declarações:
    - Bill of Rights (1640 e 1688);
    - Declaração de Virgínia (1776);
    - Declaração do Homem e do Cidadão (1791);
    - A concepção contemporânea de Direitos Humanos expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
  - Os desdobramentos dos direitos e garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Convenções, Tratados, Acordos e outros instrumentos de pactuação internacional.

## **Unidade II: Natureza e características dos Direitos Humanos**

- Análise crítica das dimensões cumulativas dos Direitos Humanos:
  - Direitos de liberdade: direitos civis e políticos;
  - Direitos de igualdade: direitos econômicos, sociais e culturais;
  - Direitos de solidariedade: direitos difusos, de toda a sociedade.
- O princípio da complementaridade solidária dos Direitos Humanos:
  - Universalidade;
  - Indivisibilidade;
  - Interdependência.
- As características doutrinárias dos Direitos Humanos:
  - Historicidade;
  - Inalienabilidade;
  - Imprescritibilidade;
  - Irrenunciabilidade.
- Direitos Humanos, Estado e Sociedade:
  - O papel do Estado na promoção, garantia e defesa dos Direitos Humanos;
  - Estado protetor e violador dos Direitos Humanos;
  - A pobreza e a desigualdade social como violações dos Direitos Humanos;
  - O protagonismo dos movimentos sociais na produção de novas emancipações políticas e na garantia dos Direitos Humanos.

## **Unidade III: Educação em Direitos Humanos**

- Evolução histórica da Educação em Direitos Humanos;



- Natureza, princípios e diretrizes gerais da Educação em Direitos Humanos;
- Institucionalização da Educação em Direitos Humanos:
  - Os Programas Nacionais de Direitos Humanos;
  - O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
  - As Diretrizes Gerais de Educação em Direitos Humanos.
- Educação em Direitos Humanos e diversidades;
- Educação em Direitos Humanos como prática social mediadora do acesso aos direitos fundamentais;
- Educação em Direitos Humanos e enfrentamento da pobreza;
- Experiências pedagógicas e sociais que priorizam os Direitos Humanos e a justiça;
- A construção do compromisso com a transformação social: o papel dos(as) profissionais da Educação Básica e dos(as) gestores(as) de políticas sociais.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORGES, Alci (Org); RODRIGUES, Chagas; FARIAS, Edilson. **Iniciação ao estudo dos direitos humanos**. Teresina: Halley, 2008.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.
- BRASIL. Conselho Escolar e Direitos Humanos. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Fascículo 11. Brasília: Ministério da Educação e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.
- CANDAU, Vera et. al. **Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008. p. 285-298.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH). **Direitos Humanos: documentos internacionais**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12619%3Apublicacaoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=1152](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacaoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=1152)>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 25

jun. 2014.

FREIRE, Paulo. Direitos humanos e educação libertadora. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 93-103.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LUNARDI, Giovani; SECCO, Márcio. **Fundamentação filosófica dos direitos humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Educação em direitos humanos: diversidade, políticas e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, v. 7, n. 13, p. 255-263, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/303/473>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

MONTAGNER, Paula et al. **Diversidade e capacitação em escolas de governo**: mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a07n39.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SANTOS, Boaventura Souza. Direitos humanos, o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 2, p. 10-18. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a\\_pdf/revista\\_sedh\\_dh\\_02.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_02.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos Humanos e Educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Org.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

## E) MÓDULO III

### **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**

**Autoria: Profa. Dra. Lucia Helena Alvarez Leite (UFMG)**

Carga horária: 75h

#### **Ementa**

Infâncias, Adolescências, Juventudes em vivências de pobreza. A cultura escolar e a segregação das infâncias e juventudes pobres. A precarização dos espaços e tempos escolares, reprodução e resistências à pobreza. Escola: relações corpo, gênero, etnia, raça, sexualidade e práticas culturais emancipatórias.

#### **Objetivo geral**

Analisar a realidade das infâncias, adolescências e juventudes em vivências de pobreza no

Brasil, suas culturas, suas lutas e suas conquistas.

### **Objetivos específicos**

- Contextualizar o papel da escola no processo de reprodução das desigualdades sociais;
- Compreender a luta dos Movimentos Sociais pelo direito à educação e a uma escola democrática;
- Apresentar experiências de práticas culturais emancipatórias a partir da experiência escolar.

### **Conteúdo programático**

#### **Unidade I: Infâncias, Adolescências, Juventudes em vivências de pobreza**

- Construção social e concepções de infâncias e juventudes;
- Crianças em vivências de pobreza, sua realidade, sua cultura;
- Adolescências e Juventudes em vivências de pobreza, sua realidade, sua cultura;
- Crianças, jovens e adolescentes como sujeitos de direito.

#### **Unidade II: Desigualdade social, cultura escolar e movimentos sociais**

- A Escola como ferramenta de construção do Estado-Nação: uma única cultura em um único território;
- Os Movimentos Sociais entram em cena como sujeitos de direitos:
  - Uma escola que dê centralidade aos sujeitos;
  - Uma escola que acolha a diversidade;
  - Uma escola que dialogue com o território;
  - Uma escola que se comprometa com a transformação social.

#### **Unidade III: A escola como espaço de práticas culturais emancipatórias**

- A escola como espaço de diversidade e de cultura viva;
- Experiências que evidenciam que outra escola é possível:
  - As Escolas Indígenas;
  - As Escolas Quilombolas;
  - As Escolas do Campo;
  - As experiências de Educação Integral.

### **Referências**

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

p. 61-102.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 3, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <[www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2014.

ARROYO, Miguel. **O aluno invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. v. 1. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

ARROYO, Miguel. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BONAFÉ, Jaume Martinez. **La ciudad en el curriculum y el curriculum en la ciudad**. Valencia: Universitat de València, 2010. Disponível em: <<http://www.uv.es/bonafe/documents/EI%20curriculum%20en%20la%20ciudad.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CARVALHO, Levindo Diniz. **Educação (em tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade**. 2013. 201 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/CARVALHO-Levindo-Diniz.-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-tempo-integral-na-inf%C3%A2ncia-Ser-aluno-e-ser-crian%C3%A7a-em-um-territ%C3%B3rio-de-vulnerabilidade.-Belo-Horizonte-UFMG-2013.-201-p.-Tese-Doutorado-em-E.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 jun. 2014.

DAYRELL, Juarez; GEBER, Saulo; CARVALHO, Levindo. Os jovens educadores em um contexto de educação integral. In: MOLL, Jaqueline. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. v. 1. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 157-171.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infância, sociedade e cultura. In: CARVALHO, Alysso et al. (Org.). **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex – UFMG, 2002.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **La educación intercultural bilingüe: el caso brasileño**. Buenos Aires: FLAPE, 2008.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Educação Integral, territórios educativos e participação social: a cidade como currículo vivido. In: MORGADO, José Carlos, SANTOS, Luciola Licínio de Castro Paixão; PARAISO, Marlucy Alves. **Estudos Curriculares: um debate contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. La enseñanza y educación públicas. Los retos de responder a la obligación de la igualdad, respetar la diversidad y ofrecer calidad. In: SACRISTÁN, José

Gimeno. (Coord.). **Los retos de la enseñanza pública**. Madrid: Akal, 2001. p. 15-65.

SACRISTÁN, José Gimeno. Poderes inestables en educación. Madrid: Morata, 1998. In: SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Educación en tiempos de neoliberalismo*. Madrid: Morata, 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa Editores, 2003. (Coleção Em Foco)

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. **CEDIC: Centro de Documentação e Informação sobre a Criança**, 2003. Disponível em: <[http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/lmaCultInfancia.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/lmaCultInfancia.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2006.

## F) MÓDULO IV

### **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**

**Autoria: Prof. Dr. Miguel González Arroyo (UFMG)**

Carga horária: 75h

#### **Ementa**

A Escola e a organização dos seus tempos e espaços. Territorialidades e pertencimento sociocultural. Cultura, escola, pobreza: os saberes e experiências dos coletivos sociais. Currículo, organização escolar e diversidade. Conhecimento, ciência e pobreza.

#### **Objetivos Gerais**

- Problematizar articulações possíveis entre currículo escolar, currículos de cursos de pedagogia e licenciaturas, de um lado, e questões sobre pobreza e desigualdades sociais, de outro.

#### **Objetivos Específicos**

- Investigar as indagações que as vivências da pobreza trazem aos currículos;
- Questionar uma estrutura curricular que não garante aos(as) alunos(as) pobres conhecimentos sobre sua condição social;
- Confrontar os saberes, valores e identidades construídas nas vivências da pobreza e desigualdade com os saberes curriculares.

#### **Conteúdo programático**

##### **Unidade I: Currículo e pobreza**

- Indagações que chegam aos currículos desde as vivências da pobreza;
- Haverá lugar nos currículos para a pobreza?;
- A permanente tensão por sair da pobreza pela escolarização.

## Unidade II: O direito dos pobres a saber-se

- O direito universal aos conhecimentos da produção social da pobreza;
- Conhecimento, cultura científica e pobreza;
- A pobreza: produto da irracionalidade dos pobres?;
- Dos pobres chegam outras formas de pensar e de pensar-se;
- A pobreza: experiência social que enriquece os conhecimentos dos currículos;
- As vivências de espaços de pobreza e Currículo;
- Responsabilizar os pobres e diferentes como carentes de valores?;
- Desterritorialização-migração-pobreza;
- Humanizando os espaços de pobreza;
- Tempo-espaço pobreza.

## Unidade III: Corpos precarizados pela pobreza interrogam os currículos

- Vivências da pobreza e do trabalho infantil;
- As pressões dos pobres por reconhecimentos positivos;
- Respostas políticas às pressões dos pobres por reconhecimentos;
- Trabalhar nos currículos as indagações vividas da pobreza;
- Identidades construídas nas vivências da pobreza.

## Referências

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ARROYO, Miguel. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto. (Orgs.). **Corpo-infância**: exercícios tensos de ser crianças: por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto (Orgs.). **Trabalho-infância**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel. **Pobreza e currículo**: uma completa articulação. Texto produzido para este módulo V, 2014.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FANON, Franz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LEFEBRVE, H. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- PINZANI, Alessandro; LEÃO, Walquiria Domingues. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SARMENTO, Manuel; VEIGA, Fátima (Orgs.). **A pobreza infantil: realidades, desafios, propostas**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2010.
- SILVA, Ana Paula F. da; FREITAS, Marcos Cesar. Escolarização, trabalho e sociabilidade em situação de risco: apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

## G) TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Carga horária: 90h

### 10.2 Atividades desenvolvidas ao longo do curso

O *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* será organizado em torno de cinco módulos e de atividades de reflexão e prática além do Trabalho de Conclusão do Curso. Essas atividades estarão integradas ao longo de cada um dos módulos, considerando necessidades identificadas ao longo do processo formativo. Duas outras atividades articulam-se às anteriores: *Reflexão sobre a realidade e Memorial*, as quais são detalhadas na subseção a seguir.

#### 10.2.1 Atividade de reflexão sobre a realidade

De acordo com Zeichner (1993), a reflexão a ser desenvolvida na formação continuada de professores deve ser entendida como uma experiência de reconstrução na qual se usa o conhecimento como forma de auxiliar os professores a aprender e a transformar a sua prática. Ou seja, a reflexão que os professores realizam volta-se para dentro de seus espaços contextuais de ação e também envolve aspectos contextuais mais amplos ligados às questões de justiça social. Nesse caso, a reflexão deixa de ser instrumento de mediação da ação prática e passa a ser vista e utilizada como prática social.

Carvalho e Aguiar (2013, p. 196), ao analisarem a reflexividade na formação e atividade dos profissionais do ensino, compreendem que:

A reflexão, ou a reflexividade, como adjetivo que designa a capacidade do ser humano de direcionar o pensamento sobre si mesmo e sobre o que foi produzido pela humanidade, é aprendida e desenvolvida nos espaços intersubjetivos de interação social e supõe transformações, não somente naquele que reflete, mas também na sua realidade. Porém, nem todas as formas de reflexão gestam transformações.

Para as autoras, a reflexão que gesta transformações é a do tipo dialética, “aquela capaz de provocar movimentos de transformação e, portanto, fundamentar a formação crítica de professores” (CARVALHO; AGUIAR, 2013, p. 197). Entendemos, portanto, que a reflexão dialética tem o potencial teórico-metodológico de transformar os indivíduos. Nesse sentido, constitui-se em instrumento e resultado da formação crítica de professores. Pelo seu caráter transformador, o objetivo da reflexão no *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* é propiciar ao(à) cursista a reflexão sobre a realidade que envolve a pobreza e a desigualdade social e sobre as possibilidades postas pela educação para que essa realidade seja transformada.

A compreensão acerca da pobreza exige a consideração de que ela, a princípio, se caracteriza como medida. Portanto, pobre é todo aquele que está abaixo de um referencial determinado, que varia entre diferentes sociedades e momentos históricos. Cabe destacar que a pobreza está relacionada a uma forma social. Se lidarmos com uma sociedade em que a desigualdade social se constitui pela posição de classe que se ocupa, a medida será estabelecida para identificar aqueles sujeitos que, por sua condição, são considerados pobres.

Diferentemente disso, em uma ordem social em que as diferenças materiais se constituam a partir das necessidades de cada sujeito, a pobreza perde seu significado. A ordem social em que vivemos, classista, estabelece a medida da pobreza a partir de uma linha monetária.<sup>10</sup> Porém, existe a compreensão de que essa medida em si é precária, sendo necessário, a partir de uma caracterização mais ampla, que a medida considere também os instrumentos sociais de proteção, os quais se caracterizam por políticas sociais universais e de caráter focalizado.

A educação tem sido considerada um instrumento fundamental para a superação da condição de pobreza, seja pelo fato de possibilitar uma qualificação e melhor empregabilidade, seja por possibilitar uma qualificação política para a luta por melhores condições de vida. Em relação ao primeiro, entende-se que, na ordem social capitalista, o nível de escolaridade e qualificação, por si, não garante permanência fora da linha de

---

<sup>10</sup> Uma linha monetária de pobreza comumente utilizada é aquela definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: a pobreza extrema é definida pela renda domiciliar inferior a US\$1,25 por dia, e a pobreza por US\$2,00 ao dia. Já nos critérios de elegibilidade para acesso a programas federais de transferência de renda, os valores são a renda inferior a R\$70,00 mensais per capita para extrema pobreza, e R\$140,00 mensais per capita para pobreza. (COMUNICADOS DO IPEA, n. 159, outubro de 2013).



pobreza. As crises econômicas recentes levaram milhões de pessoas, inclusive em países desenvolvidos, a compor as estatísticas da pobreza global. A possibilidade de a educação participar de um processo de qualificação política, por sua vez, está diretamente relacionada ao tipo de ser humano e de mundo que se deseja concretizar.

Nesse sentido, entende-se que a educação e a escola como locus, no modo social capitalista, podem contribuir para formar criticamente os sujeitos sociais para a luta pela constituição de direitos e garantia daqueles que já estão instituídos. A garantia dos direitos constituídos se revela na sua concretização material. Isso não significa que a educação pode resolver a questão da pobreza ou mesmo se constitua como um dos elementos principais para tal. Porém, na ordem social vigente, ela adquire importância ao processo de conscientização dos sujeitos sobre essa realidade. Para atingir essa compreensão, os(as) profissionais que atuam na educação, tanto na gestão quanto na escola, devem necessariamente se apropriar dos conhecimentos produzidos sobre a pobreza e a desigualdade social, a fim de analisar se a política educacional vigente e a escola podem efetivamente contribuir ou estão contribuindo para essa conscientização política e social ou se, ao contrário, estão contribuindo perigosamente para a manutenção e reprodução da pobreza.

Essa atividade implica, portanto, um envolvimento do(a) cursista com a realidade de crianças-adolescentes-jovens que vivem na condição de pobreza, com o objetivo de ter elementos para poder analisar o espaço social em que vivem e, especialmente, a sua inserção e experiência no espaço escolar. Espera-se que, após refletir teoricamente sobre a educação, pobreza e desigualdade social, o(a) cursista possa analisar a realidade social e o contexto escolar com mais propriedade, propondo modos para que a escola efetivamente contribua para que crianças-adolescentes-jovens que a frequentam, bem como suas famílias, possam se empoderar para lutar por uma condição de vida melhor. Espera-se também que os(as) cursistas passem a desenvolver ou se envolver com iniciativas voltadas para o combate à pobreza e à desigualdade social. Isso se expressa como prática daquilo que se constitui como reflexão teórica a partir da realidade em um processo que se retroalimenta em todas as suas fases, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – Atividade *Reflexão sobre a realidade*



Fonte: Elaborada pelos autores (2014).

Em cada módulo serão desenvolvidas atividades que propiciem um reconhecimento de algum aspecto da realidade relacionado à temática do Curso. Cada módulo do Curso é composto por 75 horas, sendo 15 dedicadas a essa reflexão. Essa atividade será desenvolvida numa sequência reflexiva para que, ao final, o material produzido pela reflexão-ação proposta possa subsidiar a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As atividades são fundamentadas no referencial teórico desenvolvido em cada um dos Módulos. Cada universidade ofertante poderá indicar temáticas a serem observadas nas atividades de reflexão da realidade ou deixá-las à livre escolha dos cursistas. Pretende-se, ao final, que o conhecimento produzido seja socializado das mais diferentes maneiras. O registro dessa produção poderá ser utilizado, posteriormente, para o desenvolvimento de pesquisas sobre as temáticas: educação, pobreza e desigualdade social.

### 10.2.2 Memorial

A escrita do memorial, segundo Souza (2006), possibilita a escrita sobre si, o revelar de relações que se estabelecem com o processo formativo e com as aprendizagens que os sujeitos constituem ao longo da vida, traduzidos pelos significados e sentidos evidenciados na narrativa que se produz. Longe de ser apenas uma recordação, a escrita do memorial é muito mais uma criação, o resultado de uma tentativa de por em ordem acontecimentos que tinham outra ordem no momento em que foram vividos. O memorial é, portanto, um excelente recurso de reconstrução da realidade, atividade realizada com o exercício de reflexão acerca das vivências constituídas na vida que se vive.

No *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* essa atividade consiste na escrita de texto que o(a) cursista elaborará, ao final de cada módulo, a partir das reflexões estabelecidas e das atividades realizadas, com suas impressões sobre a experiência vivenciada no processo formativo, destacando os desafios, as dificuldades, os avanços, momentos difíceis, dúvidas, etc. É uma espécie de “diário” no qual o(a) cursista poderá registrar seus sentimentos, reflexões estabelecidas, histórias vividas, descobertas, avanços e inquietações ao longo do caminho.

## 11 OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO

O *Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social* é composto por aproximadamente 90% da carga horária a distância e aproximadamente 10% presencial. Os conteúdos serão trabalhados a distância com o auxílio dos seguintes meios: material on-line, material para impressão e e-book. As versões apresentarão metodologias específicas às suas aplicabilidades, considerando as linguagens e propriedades de cada uma das mídias, as formas de interatividade e dialogicidade, as estratégias para a formação e produção do conhecimento.

Os conteúdos curriculares estão materializados em Módulos, nos quais professores(as) formadores(as), professores(as) tutores(as) e cursistas poderão desenvolver múltiplos e simultâneos processos de interação. Essa estrutura propiciará o aprofundamento de temáticas relevantes para a compreensão cada vez mais ampliada dos conteúdos do Curso. A dinâmica proposta abrangerá:

- a)** Um processo introdutório, presencial, em que a equipe gestora local apresentará o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social: natureza, objetivos, metodologia e avaliação; as estratégias de operacionalização definidas por cada uma das IFES; os conceitos centrais do Módulo Introdutório e o planejamento de formação específica, a ser realizada em polos no interior e/ou na capital do estado, para utilização da plataforma MOODLE;
- b)** Acesso aos módulos, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), desenvolvidos sequencialmente;
- c)** Encontros presenciais para as avaliações e socialização de atividades do Curso, preferencialmente, ao final de cada Módulo e início do Módulo subsequente, podendo ser realizados em polos no interior e/ou na capital do estado, com a orientação dos(as) professores(as) tutores(as);
- d)** Avaliação permanente do Curso, por meio de estratégias de autoavaliação;
- e)** Um encontro final para a defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Para a operacionalização de cursos na modalidade a distância, é necessária a organização de um sistema que viabilize as ações de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo. Entre os elementos imprescindíveis nesse sistema estão:

- a) A organização de espaços físicos para os encontros presenciais, com acesso a computadores conectados à internet e local para as avaliações. Para obterem essa

estrutura, as IFES poderão estabelecer parcerias para uso dos polos da UAB ou estruturas das secretarias de educação;

- b) A implantação de uma rede que garanta a comunicação contínua entre os sujeitos envolvidos no processo educativo;
- c) Processo de acompanhamento e avaliação próprios;
- d) A utilização de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que favoreça o processo de estudo dos(as) alunos(as) e o processo de comunicação com a Universidade.

### 11.1 Requisitos de ingresso e certificação<sup>11</sup>

Poderão se candidatar ao *Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social* (360h) os(as) profissionais da educação básica que:

- a) Tenham concluído curso de graduação;
- b) Estejam, preferencialmente, atuando há pelo menos um ano nos sistemas públicos da educação básica;
- c) Estejam envolvidos(as) com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza. Isso inclui professores(as), gestores(as) escolares, coordenadores(as) pedagógicos, secretários(as) e servidores(as) técnico-administrativos(as) das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o que inclui coordenadores(as) estaduais e municipais de programas sociais que atuam direta ou indiretamente com a educação básica;
- d) Tenham disponibilidade de, pelo menos, 10h semanais para estudos complementares durante o Curso.

A certificação será emitida pela Universidade Federal do Piauí. Podendo ter duas categorias de certificação: Especialista e Extensão.

- a) Especialista: esse certificado será emitido para aqueles(as) que cumprirem todas as exigências do *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, seguindo as normas que regem a oferta de Cursos de Especialização, a saber:

---

<sup>11</sup> Localmente serão definidos critérios de participação específicos, para cada oferta do respectivo Curso de Especialização, considerando as realidades e necessidades locais. Essa definição deverá ser acordada entre os diferentes parceiros, quais sejam: IFES, Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

- Parecer CNE/CES – n.º 1 de 2007;
- Decreto n.º 5.622, de 2005;
- Regulamentação específica da Pós-graduação Lato Sensu da Universidade Federal do Piauí. Resolução 131/05 do CEPEX.

b) Extensão: no caso daqueles(as) que não concluírem a especialização, poderão receber certificação de curso de extensão referente a carga horária cumprida.

## **11.2 Avaliação da aprendizagem**

O processo de avaliação da aprendizagem obedecerá às orientações contidas nas legislações acima indicadas, que estabelecem as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Logo, a avaliação dos diversos módulos deverá prever a avaliação presencial a ser proposta e organizada pela instituição ofertante. Essa avaliação poderá ser, dependendo da natureza de cada módulo, materializada em provas, trabalhos ou relatório de atividades.

A avaliação das atividades a distância prevê a obrigatoriedade da realização da atividade denominada *Reflexão sobre a realidade*. Essa atividade está localizada no final dos Módulos I a IV. Além desta, há atividades específicas que são sugeridas ao longo de cada um dos Módulos. Diferentemente da *Reflexão sobre a Realidade*, que é obrigatória, cada universidade ofertante poderá realizar essas atividades sugeridas ou propor outras que considere mais adequadas.

## **11.3 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – (90 horas)**

O Trabalho de Conclusão do Curso terá uma carga horária de 90 horas, sendo construído ao longo do curso e centralizado nos últimos 6 meses para sua conclusão. Deverá ter um orientador para cada 5 alunos cursistas.

A temática do TCC deverá versar sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social, tendo como foco as escolas em contextos empobrecidos. A centralidade do contexto escolar se deve ao fato de o curso de Especialização proposto partir da constatação de que a temática da pobreza e da desigualdade social não é sistematicamente tratada nesse contexto. Ao se propor essa centralidade cria-se a possibilidade de ampliar o conhecimento da realidade no que tange:

- a) Ao perfil dos(as) alunos(as), do corpo dos profissionais da educação básica e das famílias que compõem a comunidade escolar de escolas em contextos empobrecidos e suas trajetórias;

- b) Às práticas pedagógicas e sua relação com os contextos empobrecidos;
- c) Às condições materiais e humanas das escolas e seu “lugar” em contextos empobrecidos;
- d) Às relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente;
- e) À infraestrutura das escolas em contextos empobrecidos;
- f) Aos recursos pedagógicos disponíveis;
- g) Aos processos de gestão, entre outros relevantes.

Entende-se que o reconhecimento dessa realidade possibilita a proposição de ações no sentido da sua transformação. O cronograma para a escrita do TCC *deve organizar-se em torno de 3 a 6 meses*. Após entrega do Trabalho Final que poderá ser no formato de monografia ou de artigos científicos, ter sido feita pelo(a) cursista e houver a aceitação do(a) orientador(a), a Coordenação do Curso designará uma banca para realizar a defesa do TCC e atribuirá resultado final. A banca será composta pelo(a) Orientador(a) do TCC e mais 2 professores(as), sendo necessariamente um(a) deles(as) do quadro da instituição ofertante.

As defesas de TCC podem se tornar um momento importante de socialização das experiências desenvolvidas pelos(as) cursistas durante o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

#### **11.4 Recursos didáticos**

Os materiais pedagógico-didáticos de estudo serão disponibilizados em uma plataforma virtual de ensino e aprendizagem customizada especialmente para este *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. A plataforma utilizada será o MOODLE, um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que permite a concepção, administração e desenvolvimento de variados tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem.

O AVEA possibilitará o uso de uma série de meios de comunicação visando à interação com os sujeitos da formação continuada, potencializando o processo de ensino e aprendizagem a distância. A disponibilização do material didático-pedagógico se dará no formato de documentos digitais hipertextuais em diversos suportes midiáticos (vídeos, textos, animações, etc.). Também serão disponibilizados os textos em formato para impressão, com a possibilidade de download de um e-book, permitindo assim a navegação off-line.

O ambiente virtual constitui-se também em um espaço de socialização entre os(as) cursistas, favorecendo a interação, a cooperação e a autonomia. As atividades previstas visam à participação ativa dos(as) cursistas no processo ao proporem espaços de pesquisa, discussão e diálogo com e entre seus pares.

### 11.5 Sistema de Acompanhamento

Considerando que o Curso de Especialização está inserido no Programa de Formação Continuada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, que inclui, além do próprio Curso, o apoio à pesquisa e à difusão do conhecimento, cada IFES será responsável pela oferta do *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social* e pelo planejamento e desenvolvimento do projeto de pesquisa a ser realizado. É importante destacar que as atividades deverão ser organizadas e desenvolvidas ao longo de 24 meses. Para isso, cada IFES deverá previamente definir um calendário da oferta do Curso de Especialização e da pesquisa a ser desenvolvida. O monitoramento e acompanhamento serão feitos via Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada do MEC - SISFOR/SIMEC.

O Sistema de Gestão das dimensões que integram o *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, com ênfase na oferta do *Curso de Especialização*, constitui-se por meio de uma Coordenação Nacional, no âmbito da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (MEC/SECADI/DPEDHUC/CGAIE) e de uma Coordenação do Curso e de Pesquisa, nas IFES, tendo, em cada unidade da federação, uma IFES participante, com equipe constituída por Coordenação Adjunta, Supervisão, Professores formadores, Professores tutores e Professores pesquisadores.

À Coordenação Nacional compete o acompanhamento e monitoramento da realização das atividades efetuadas pelas IFES, considerando as dimensões constitutivas do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, assim como a articulação dos sistemas de ensino, de forma a garantir que os resultados esperados sejam alcançados e socializados entre as instituições participantes.

A *Coordenação de Curso e Pesquisa*, criada em cada IFES, será responsável, principalmente, *pela organização de processos seletivos de cursistas, matrículas, acompanhamento didático-pedagógico, certificação, avaliação, organização de evento e realização da pesquisa.*

Compondo o sistema de acompanhamento, as competências se organizam e se distribuem da seguinte forma:

**A)** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), responsável pela gestão do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social:

- a) Coordenar, em âmbito nacional, as dimensões que constituem o Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social, logo as ações voltadas à oferta dos cursos de especialização e extensão universitária;
- b) Promover a pesquisa e a difusão do conhecimento, que tratarão das relações entre educação, pobreza e desigualdade social;
- c) Elaborar as diretrizes gerais e os critérios para a organização dos cursos de formação e da pesquisa no âmbito do respectivo Programa;
- d) Definir estratégias de implantação, gerenciamento, acompanhamento e avaliação dos cursos, da pesquisa e da difusão do conhecimento, em comum acordo com as IFES e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação;
- e) Garantir os recursos financeiros para implementação das dimensões que constituem o Programa;
- f) Efetivar as atividades gerenciais necessárias para sua execução;
- g) Articular os agentes envolvidos na implantação dos cursos de formação, da pesquisa e da difusão do conhecimento;
- h) Definir os critérios para o pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e desenvolvimento de metodologias no âmbito desse Programa;
- i) Atender às exigências da Resolução n.º 45, de 29 de agosto de 2011;
- j) Monitorar o fluxo de concessão de bolsas em cada um dos cursos de formação, por meio do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) e outros instrumentos para acompanhamento e avaliação da consecução das metas físicas.

**B)** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), responsável pela execução financeira do Programa:

- a) Descentralizar recursos orçamentários para viabilização das dimensões que constituem o Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social, considerando a legislação em vigor;
- b) Atender às exigências na Resolução n.º 45, de 29 de agosto de 2011;
- c) Efetivar o pagamento mensal das bolsas concedidas pela SECADI/MEC a participantes dos cursos de formação no âmbito da RENAFOR, mediante atendimento dos critérios estabelecidos na Resolução n.º 45, de 29 de agosto de 2011.



**C)** Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), responsáveis pela implementação dos cursos de formação e da pesquisa no âmbito do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*:

- a) Coordenar, em âmbito estadual, as dimensões que constituem o Programa Educação, Pobreza e Desigualdade Social, logo as ações voltadas à oferta dos cursos de especialização e extensão universitária e à pesquisa que tratará das relações entre educação, pobreza e desigualdade social;
- b) Implementar as diretrizes gerais e os critérios para a organização dos cursos de formação e da pesquisa no âmbito do Programa, de acordo com as orientações da SECADI/MEC;
- c) Definir estratégias de implantação, gerenciamento, acompanhamento e avaliação do curso e da pesquisa;
- d) Constituir equipe gestora e pedagógica de acordo com orientações da SECADI/MEC;
- e) Utilizar os recursos financeiros, de acordo com orientação da SECADI/MEC, para a implementação de cada uma das dimensões do Programa;
- f) Efetivar as atividades gerenciais necessárias para a execução das dimensões do Programa, definindo previamente calendário específico e articulado para cada uma delas;
- g) Articular, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, os agentes envolvidos na implantação dos cursos de formação, da pesquisa e da difusão do conhecimento;
- h) Construir e manter atualizado o banco de dados com todas as informações sobre os(as) participantes dos cursos de formação no âmbito desse Programa;
- i) Atender às exigências na Resolução n.º 45, de 29 de agosto de 2011;
- j) Monitorar o fluxo de concessão de bolsas em cada um dos cursos de formação, por meio do SGB e outros instrumentos para acompanhamento e avaliação da consecução das metas físicas;
- k) Apresentar, ao final de cada oferta de curso, um relatório técnico à SECADI/MEC com a avaliação dos seus resultados.

O Quadro 1 ilustra os profissionais remunerados por meio das bolsas FNDE disponibilizadas pelo MEC/SECADI.

Quadro 1- Profissionais remunerados por meio das bolsas FNDE, disponibilizadas pelo MEC/SECADI

<b>PESSOAL ENVOLVIDO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>Nº DE PROFISSIONAIS</b>
Coordenador(a) Pedagógico (Acadêmico) Desenvolverá as funções de Coordenador das atividades pedagógicas*	24 meses	01
Coordenador(a) Administrativo (Adjunto) Coordenador do curso	24 meses	01
Supervisor(a)	24 meses	02
Professores(as) formadores(as)	05 meses por módulo	05
Professor(a) Pesquisador(a)	24 meses	02
Professor(a) formador(a) – Formador de Formadores – Atividade ‘Reflexão sobre a realidade’	20 meses	01
Professor(a) tutor(a)	18 meses	01 tutor(a) para cada 25 cursistas, acompanhando todo o curso.
Professor(a) formador(a) – Orientadores(as) de TCC	06 meses	1 orientador para cada 5 alunos

Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

\* A denominação Coordenador Adjunto (Administrativo) se dá em função da denominação constante na Resolução/CD/FNDE N. 45. O Coordenador Geral (Acadêmico) será responsável pela coordenação das atividades que envolvem a oferta do Curso de Especialização e pelo desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Estará vinculado(a) ao Programa ao longo dos 24 meses de sua realização.

As funções de cada profissional, adequadas a partir da Resolução/CD/FNDE n.º 45, de 29 de agosto de 2011, são:

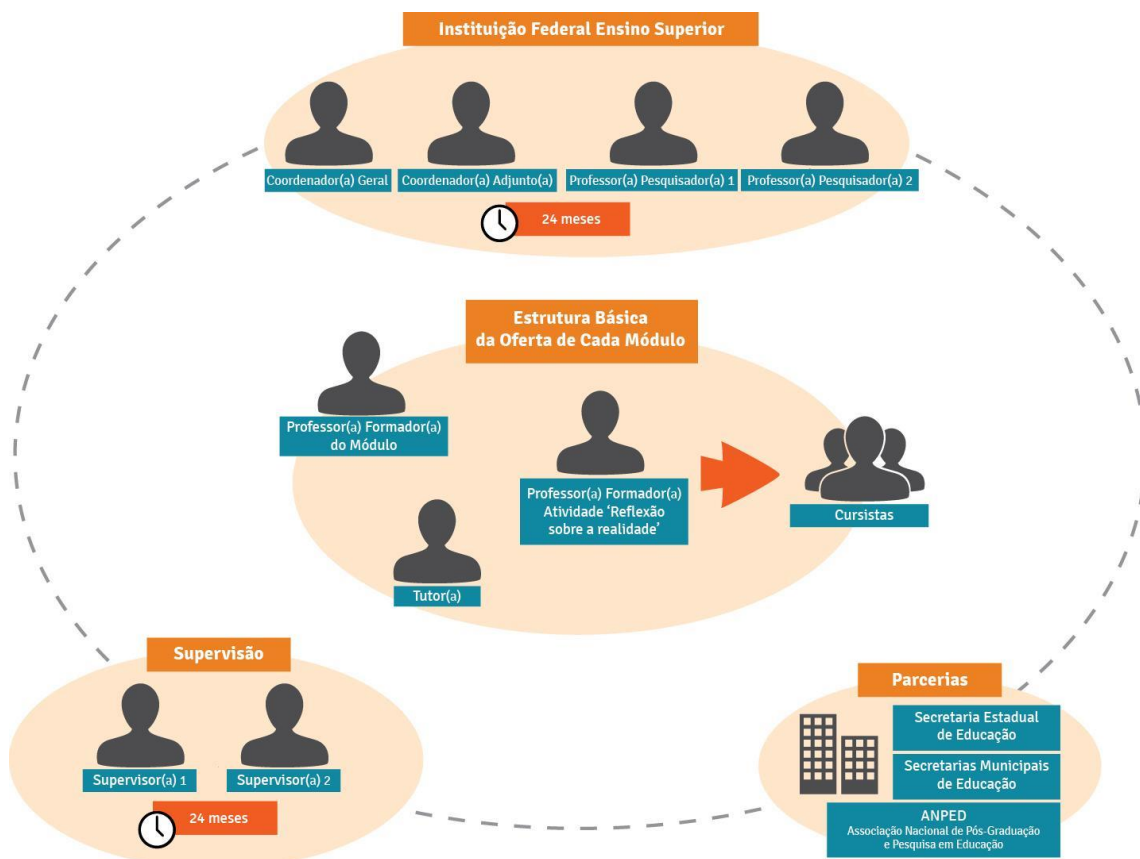
- a) *Coordenador(a) Administrativo (Adjunto)*: responsável pela coordenação das atividades que envolvem a oferta do Curso de Especialização e pelo desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Estará vinculado(a) ao Programa ao longo dos 24 meses de

- sua realização;
- b) *Coordenador(a) Pedagógico (Acadêmico)*: responsável pela coordenação adjunta das atividades pedagógicas que envolvem a oferta do Curso de Especialização e pelo desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Estará vinculado(a) ao Programa ao longo dos 24 meses de sua realização;
- c) *Supervisor(a)*: responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos(as) professores(as) formadores(as), pelos(as) professores(as) tutores(as) e pelos(as) professores(as) pesquisadores(as). Estará vinculado(a) ao Programa ao longo dos 24 meses de sua realização;
- d) *Professor(a) formador(a) de Módulo*: responsável pela formação e pelo acompanhamento pedagógico dos(as) professores(as) tutores(as) ao longo da realização de cada Módulo (05 meses). Deverá, em etapa anterior à oferta de cada Módulo, realizar a formação continuada com os(as) professores(as) tutores(as) na temática de cada Módulo, de forma a aprofundar e discutir os conteúdos, atividades e avaliações propostas. É importante que o(a) professor(a) formador(a) de cada Módulo realize essas atividades em articulação com o(a) professor(a) formador(a) da atividade *Reflexão sobre a realidade*, tendo em vista que esse(a) também estará acompanhando a oferta do Módulo;
- e) *Professor(a) formador(a) da atividade Reflexão sobre a realidade*: responsável pela formação e pelo acompanhamento dos(as) professores(as) tutores(as) na realização da atividade *Reflexão sobre a realidade*. Deve participar da formação dos(as) professores(as) tutores(as) com os(as) professores(as) formadores(as) de Módulo. Esse(a) profissional estará vinculado ao Curso durante 20 meses e será responsável pela articulação entre os Módulos por meio da atividade *Reflexão sobre a realidade*;
- f) *Professores(as) tutores(as)*: responsáveis pelo acompanhamento pedagógico dos(as) cursistas ao longo de cada Módulo. É importante que participem do processo formativo junto aos(as) professores(as) formadores(as) (de Módulo e da atividade *Reflexão sobre a realidade*). Sua atribuição está centralizada nos processos de ensino e aprendizagem, portanto, devem conhecer profundamente o material pedagógico-didático do Módulo e deverão estar em articulação direta com os(as) professores(as) formadores(as) do Curso, sobretudo, no que se refere a dúvidas e dificuldades que poderão emergir ao longo do processo formativo (20 meses);
- g) *Professores(as) pesquisadores(as)*: Cada IFES terá, no âmbito desse Programa, dois(duas) professores(as) pesquisadores(as) que ficarão responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de pesquisa e por 24 meses. A pesquisa deve tratar

das relações entre educação, pobreza e desigualdade social, considerando a realidade local e os contextos empobrecidos de cada unidade da federação. Essa pesquisa será desenvolvida a partir das diretrizes definidas pela SECADI/MEC.

h) *Professores(as) orientadores(as)*: responsáveis pela orientação do TCC, estes(as) professores(as) deverão também, antes do processo de orientação, participar de encontros de formação para que possam, com a coordenação do Curso, planejar estratégias para o acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas em um período de 06 meses. É importante destacar que a elaboração dos TCCs pode estar diretamente articulada com a pesquisa desenvolvida pela IFES. A relação entre orientador(a)/orientando(a) dependerá da legislação de cada uma das IFES participantes.

Figura 5 – Equipe envolvida no Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social



## 11.6 Formação de formadores(as)

Em etapa inicial, a SECADI/MEC, por meio da Diretoria de Políticas de Educação em

Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (DPEDHUC/CGAIE), organizará Encontro Nacional de Formação de Formadores(as) do *Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Esse encontro terá como finalidade a apresentação e discussão do respectivo Programa, ou seja, tratará de expor sua natureza, seus objetivos, suas dimensões, sua metodologia e sua avaliação. Terá centralidade a oferta do *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Serão apresentadas e discutidas a concepção e a organização curricular pelos(as) autores(as) do material pedagógico-didático e serão desenvolvidas atividades de planejamento da sua implementação. Nesse Encontro, serão discutidas as orientações gerais para a realização da pesquisa e da difusão do conhecimento no âmbito do respectivo Programa.

Esse Encontro Nacional deverá ter como desdobramento o Encontro Estadual de Formação de professores(as) formadores(as) e de professores(as) tutores(as), organizado em cada uma das IFES participantes. Além disso, o encontro deverá ter como centralidade o planejamento e organização da oferta do Curso de Especialização, bem como a formação continuada dos(as) envolvidos(as) com os processos de ensino e aprendizagem no âmbito do Curso respectivo.

Cada Módulo terá um(a) professor(a) formador(a), responsável pela formação e pelo acompanhamento dos(as) professores(as) tutores(as) ao longo do processo formativo. Os(as) professores(as) tutores(as) estarão em contato cotidiano com os(as) cursistas e os(as) acompanharão nas atividades desenvolvidas durante os estudos. Essa formação é, portanto, fundamental para promover a garantia da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem no contexto da oferta do Curso de Especialização e deverá ser continuada ao longo de sua implementação.

Nessa perspectiva, recomenda-se que os(as) professores(as) tutores(as) sejam pós-graduados(as) ou pós-graduandos(as) em áreas relacionadas aos temas de cada um dos Módulos. O processo de formação continuada, acompanhado pelos(as) professores(as) formadores(as), deverá ser realizado por meio de encontros presenciais, tanto para orientação de estudos específicos de cada módulo quanto para os estudos relacionados à concepção de formação adotada pelo Curso de Especialização, seus princípios político-pedagógicos, sua dinâmica da educação a distância, etc.

É fundamental o conhecimento aprofundado dos materiais pedagógico-didáticos, de suas mídias e sua articulação com os conteúdos de cada módulo. Após essa sequência de formação inicial dos(as) professores(as) formadores(as) para os(as) professores(as) tutores(as), aqueles(as) devem continuar o acompanhamento destes(as) por meio de encontros presenciais e no próprio Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA).

No AVEA, sugere-se que seja criado um espaço para orientações sobre mídias,

conteúdos, metodologias, etc., assim como uma *webteca* com textos de referência para subsidiar o trabalho dos(as) professores(as) tutores(as) ao longo de todo o processo formativo. Materiais audiovisuais, em formatos de mesas-redondas, entrevistas breves, videoaulas e outros poderão ser produzidos pela própria IFES para essa formação continuada.

A formação continuada dos(as) professores(as) tutores(as) deve considerar que seu trabalho envolve:

- a) **Conhecer** o perfil do(a) cursista, suas condições de trabalho e conhecimentos anteriores; as dificuldades que os(as) cursistas apresentam quando buscam orientações; as estratégias de relacionamento utilizadas nos momentos de estudo; a realização das atividades propostas; o tempo que investem no processo formativo; a relação que estabelecem entre os conhecimentos do curso e sua prática profissional, etc.;
- b) **Identificar** como os(as) cursistas sob sua responsabilidade aprendem e auxiliá-los(as) na formação de hábitos de leitura e de estudos;
- c) **Compartilhar/socializar** com o(a) cursista estratégias relativas a hábitos de estudo, de leitura, de produção de textos, de consultas bibliográficas, etc.;
- d) **Criar estratégias** metodológicas que possibilitem articular os conteúdos dos Módulos de forma interdisciplinar e para a realização das atividades do Curso;
- e) **Buscar**, por meio das dúvidas dos(as) cursistas, subsídios para ações propositivas de reorientação do planejamento dos processos de ensino e aprendizagem.

O(a) professor(a) tutor(a) deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e da autoaprendizagem do(a) cursista.

### 11.7 Avaliação institucional do curso

Cada universidade participante deve constituir uma equipe responsável pelo processo de autoavaliação da formação continuada, constituindo elementos que possibilitem a socialização dos resultados durante o desenvolvimento e ao final do Curso. É aconselhável que o processo de autoavaliação seja desenvolvido em parceria com a pesquisa. Ao final da oferta da Formação Continuada, a IFES deverá apresentar um relatório técnico à SECADI/MEC com a avaliação dos seus resultados.

A avaliação de cursos na modalidade a distância requer processos contínuos e diversificados, tanto on-line quanto presencialmente. Igualmente, esse curso necessitará de

um processo de avaliação sistemático na busca de subsídios para reorientar as ações desenvolvidas. A avaliação, nesse sentido, tem como referência todo o contexto institucional de realização do curso.

## 12 PRODUTO ESPERADO

- Relatório Técnico com detalhamento do Curso de Especialização e os seus resultados;
- Relatório Técnico com os resultados da pesquisa acadêmica;
- Monografias dos cursistas da especialização;
- Formação em nível de Pós graduação Lato Sensu de 400 profissionais da educação básica e a outros profissionais envolvidos com políticas sociais relacionados a crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de desigualdade social.

## 13 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Para este projeto tem-se um recurso inicial de **R\$ 856.400,00** destinado ao curso de Especialização e à pesquisa que será realizada ao longo do curso, toda a descrição das despesas estão no Plano de Trabalho - PTA já aprovado pelo MEC e recursos já disponibilizado para a Instituição de forma descentralizada.

### PLANO DE APLICAÇÃO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

NATUREZA DAS DESPESAS		VALOR R\$
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
33.90.39	Insumos: Recursos humanos	261.600,00
	OTC 20%	53.320,00
	Passagens e locomoção	119.500,00
	Diárias Nacionais	21.240,00
	Insumos: Eventos	241.250,00
	Insumos: Materiais de consumos e outros serviços	84.310,00
	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.180,00
<b>Total</b>		<b>806.400,00</b>

## DA PESQUISA

<b>Insumos: Recursos Humanos</b>					
Descrição do Item de despesa	Quantidade de pessoas	C.Horária / mês	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Coordenador da Pesquisa	1	40	24	R\$ 1.500,00	R\$ 36.000,00
Pesquisador Auxiliar	1	80	6	R\$ 850,00	R\$ 5.100,00
<b>SUBTOTAL</b>					<b>R\$ 41.100,00</b>

<b>Obrigações Tributárias e Contributivas</b>					
Descrição do item de despesa	Nr pessoas	Nr parcelas	% Aplicado	Valor Mês (R\$)	Valor Total (R\$)
Coordenador da Pesquisa	1	24	20	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00
Pesquisador Auxiliar	1	06	20	R\$ 170,00	R\$ 1.020,00
<b>SUBTOTAL</b>					<b>R\$ 8.220,00</b>

<b>Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica</b>				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total R\$
Serviços de reprografia	Unid	6800	R\$ 0,10	R\$ 680,00
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$ 680,00</b>

## RESUMO GERAL DA PLANILHA DO PLANO DE APLICAÇÃO

<b>NATUREZA DA DESPESA</b>		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
33.90.39	<i>Custeio do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social</i>	806.400,00
	Recursos destinados à Pesquisa	50.00,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>R\$ 856.400,00</b>

OBS.: Os recursos da aplicação serão usados em qualquer rubrica.

## REFERÊNCIAS

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 329-351, maio/ago. 2012. Disponível em:



<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a05.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza e Desigualdades: duas décadas de superação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159\\_apresentacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2014.

SOARES, Kelma Jaqueline; SOUZA, Camila Rosa Fernandes. O Projeto Político-Pedagógico: instrumento para pensar a situação de pobreza nas escolas. . In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. v. 1. Brasília: LiberLivro, 2013. p. 255-271.

YANNOULAS, Silvia Cristina; DUARTE, Natalia de Souza. Cotidiano escolar e situação de pobreza: cinco dinâmicas ou micropolíticas diferenciadas. . In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. v. 1. Brasília: LiberLivro, 2013. p. 235-254.

Teresina, 25 de agosto de 2014.



Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva  
Coordenadora Administrativa  
Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social